



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MIRELE DA COSTA SOUZA

**BIBLIOTECA ANTIRRACISTA: IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS
ANTIRRACISTAS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE (BICEN/UFS)**

MIRELE DA COSTA SOUZA

**BIBLIOTECA ANTIRRACISTA: IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS
ANTIRRACISTAS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE (BICEN/UFS)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Ferreira Costa Bonifácio

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Souza, Mirele da Costa.
C837b Biblioteca antirracista [manuscrito]: Implementação de práticas antirracistas na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS) / Mirele Souza da Costa – São Cristóvão, 2024.
81 p.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Ferreira Bonifácio.
Dissertação (mestrado profissional em Ciência da Informação) -
Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

1. Biblioteconomia. 2. Educação antirracista. 3. Letramento racial. 4. UFS. 5. BICEN. I. Bonifácio, Renata Ferreira, orient. II. Título.

CDD:025.563
CDU: 02:37.016

Mirele da Costa Souza

**BIBLIOTECA ANTIRRACISTA: IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS
ANTIRRACISTAS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE (BICEN/UFS)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Avaliação: Aprovada

Data:

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RENATA FERREIRA COSTA BONIFACIO**
Data: 05/05/2025 14:06:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renata Ferreira Costa Bonifácio

(Orientadora)
Documento assinado digitalmente
 **SARA ROGERIA SANTOS BARBOSA**
Data: 06/05/2025 18:21:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sara Rogéria Santos Barbosa

(Membro convidado- Externo)

Documento assinado digitalmente
 **TELMA DE CARVALHO**
Data: 05/05/2025 14:15:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Telma de Carvalho

(Membro convidado- Interno)

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte de força e inspiração, agradeço pela saúde, pela perseverança e por guiar cada passo desta jornada. Sem a sua presença em minha vida, eu não teria alcançado este momento tão significativo.

Agradeço a mim mesma pelo esforço, pela dedicação e por nunca desistir, mesmo diante das adversidades. Este trabalho é também um reflexo da minha determinação e da minha confiança no meu potencial.

À minha orientadora Renata Bonifácio, expressei minha gratidão pela paciência, pelos ensinamentos e pela confiança depositada em mim. Suas orientações foram fundamentais para a concretização deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos meus amigos, Clara Reinol, Maria Clara, Willan e Neuma, que estiveram ao meu lado nos momentos mais desafiadores, oferecendo apoio, palavras de incentivo e, muitas vezes, um ombro amigo, agradeço por fazerem parte da minha caminhada.

E, ao meu namorado Breno, por todo o amor, compreensão e encorajamento. Sua presença constante e suas palavras de motivação foram essenciais para que eu mantivesse o foco e a determinação.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste sonho, deixo aqui o meu mais sincero agradecimento.

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar.” (Angela Davis)

RESUMO

O racismo é uma estrutura histórica profundamente enraizada na sociedade brasileira, impactando diversas esferas, incluindo os espaços educacionais e culturais, como as bibliotecas. Essas instituições, que deveriam ser sinônimos de acesso e inclusão, frequentemente reproduzem desigualdades — seja pela ausência de acervos diversificados, seja pela falta de práticas que enfrentem diretamente o racismo. Nesse cenário, o letramento racial emerge como uma ferramenta fundamental para capacitar os bibliotecários a reconhecer, compreender e combater o racismo de maneira consciente, transformando as bibliotecas em agentes ativos na promoção da igualdade racial. Esta pesquisa propõe investigar e incentivar a implementação de práticas biblioteconômicas antirracistas na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS). Com base em teorias decoloniais e do pensamento negro, o estudo reflete sobre o papel das bibliotecas como espaços de transformação social e promoção da equidade racial. Os objetivos específicos incluem: mapear as práticas culturais realizadas pelos bibliotecários da instituição no contexto das relações étnico-raciais; analisar a representatividade dos acervos relacionados a essas temáticas; identificar os desafios enfrentados no desenvolvimento de ações inclusivas e antirracistas; investigar o papel dos bibliotecários na promoção do letramento racial; e propor estratégias para fomentar discussões e atividades voltadas à igualdade social. Adotando uma metodologia exploratória, com abordagem qualitativa e fundamentação em revisão bibliográfica, a pesquisa busca compreender as barreiras estruturais e institucionais que dificultam a implementação de políticas antirracistas nas bibliotecas universitárias. O produto final do mestrado profissional consistirá na criação de uma cartilha prática, destinada a orientar bibliotecários na aplicação de estratégias de letramento racial. Esse guia contribuirá para a execução de ações antirracistas na BICEN/UFS, oferecendo diretrizes para uma inclusão efetiva nos serviços e atividades da biblioteca, com vistas à construção de um ambiente mais acolhedor e comprometido com a justiça social. Dessa forma, esta dissertação reforça que o papel das bibliotecas vai além do simples armazenamento de conhecimento: elas podem — e devem — ser protagonistas na luta contra o racismo e na edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Biblioteconomia; mediação da informação; racismo; letramento racial; antirracismo.

ABSTRACT

Racism is a deeply rooted historical structure in Brazilian society, impacting on various spheres, including educational and cultural spaces, such as libraries. These institutions, which should be synonymous with access and inclusion, often reproduce inequalities, whether due to the lack of diverse collections or the absence of practices that directly address racism. In this scenario, racial literacy emerges as a fundamental tool to enable librarians to consciously recognize, understand and combat racism, transforming libraries into active agents in promoting racial equality. This research aims to investigate and encourage the implementation of anti-racist library practices at the Central Library of the Federal University of Sergipe (BICEN/UFS). Based on decolonial and black theories, the study reflects on the role of libraries as spaces for social transformation and the promotion of racial equality. The specific objectives include: mapping the cultural practices carried out by the institution's librarians in the context of ethnic-racial relations; analyzing the representativeness of the collections related to these themes; identifying the challenges in developing inclusive and anti-racist actions; investigating the role of librarians in promoting racial literacy, and proposing strategies to foster discussions and activities aimed at social equality. Adopting an exploratory methodology with a qualitative approach and supported by a literature review, the research seeks to understand the structural and institutional barriers that hinder the implementation of anti-racism policies in university libraries. The final product of the professional master's degree is the creation of a practical booklet designed to guide librarians in the application of racial literacy strategies. This guide will contribute to the implementation of anti-racist actions at BICEN/UFS, offering guidelines for effective inclusion in the library's services and activities, creating a more welcoming environment committed to social justice. In this way, the dissertation reinforces that the role of libraries goes beyond simply storing knowledge: they can and should be protagonists in the fight against racism and in building a fairer and more equal society.

Keywords: Librarianship; information mediation; racism; racial literacy; anti-racism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Dados do acervo 2022	63
Quadro 02-	Análise SWOT	64
Quadro 03-	Palavras-chave	70
Quadro 04-	Autores negros	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Página inicial do PERGAMUM	60
Figura 02- Card da Exposição Pensadoras Negras	66
Figura 03- Card da Roda de Leitura	67
Figura 04- Card programação	69
Figura 05- Capa da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS	72
Figura 06- Sumário da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS	73
Figura 07- Apresentação de Intelectuais Negros e Indígenas Ativistas da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS	74
Figura 08- Glossário da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFLA- Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

UFS- Universidade Federal de Sergipe

TRC- Teoria Racial Crítica

CFB- Conselho Federal de Biblioteconomia

CRB- Conselho Regionais de Bibliotecas

BICEN- Biblioteca Central

SAB- Sistema de Automação de Bibliotecas

BIBLIOTECH- Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas

PUCRr- Pontifícia Universidade Católica do Paraná

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

MORES- Mecanismo Online para Referências

DIALE- Divisão de Apoio ao Leitor

DIPROT- Divisão de Processamento Técnico

RIUFS- Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe

SIBIUFS- Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe

CNBN- Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento

PROGRAD- Pró-Reitoria de Graduação

DLEV- Departamento de Letras Vernáculas

DLES- Departamento de Letras Estrangeiras

DHI- Departamento de História

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A QUESTÃO DO NEGRO E DO RACISMO NO BRASIL	17
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LETRAMENTOS.....	25
3.1	LETRAMENTOS SOCIAIS	28
3.1.1	Letramento racial.....	30
4	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL....	34
4.1	A FUNÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR E SEU PAPEL SOCIAL.....	39
4.1.1	O papel social do Bibliotecário e a promoção do letramento racial	45
5	METODOLOGIA	54
5.1	ESPAÇO DE INTERVENÇÃO DA PESQUISA.....	58
5.1.1	Diagnóstico	58
5.1.2	Ambiente social	60
5.1.3	Matriz SWOT	63
6	PRODUTO	71
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

No contexto da Ciência da Informação, especificamente na área da Biblioteconomia, a pesquisa, o ensino e as práticas acadêmicas e profissionais têm refletido um pacto com a branquitude. Essa aliança é manifesta pela influência de padrões eurocêntricos e anglo-americanos em uma sociedade onde a valorização desses padrões muitas vezes suprime o reconhecimento das identidades étnico-raciais, levando à preferência por um modelo imposto como “normal”, conforme observam Silva, Saldanha e Pizarro (2018).

Ao longo dos séculos, as práticas bibliotecárias foram circunscritas a uma concepção limitada, sustentando a ideia de neutralidade nas técnicas e dispositivos adotados nos ambientes informacionais. Durante esse período, segundo Silva e Lima (2018), arraigou-se a crença de que os sistemas informacionais contemporâneos eram incapazes de perpetuar desigualdades, apagamentos e opressões.

Essa concepção, contudo, destoa significativamente da realidade observada nos ambientes informacionais. Começando pelo ensino nos cursos de Biblioteconomia, onde a maioria dos docentes é composta por indivíduos de pele branca e a ênfase nas disciplinas, tanto as obrigatórias quanto as optativas, recai mais sobre questões técnicas do campo biblioteconômico do que sobre as questões sociais.

É lamentável constatar que a maioria dos(das) bibliotecários(as), formados(as) pelas universidades brasileiras carece de conhecimento sobre a história da população negra na sociedade brasileira e das políticas relacionadas à questão racial (Souza, 2022). Essa lacuna de conhecimento é especialmente preocupante, considerando que esses profissionais deveriam estar socialmente preparados para atender às demandas dos ambientes informacionais, especialmente nas bibliotecas, que devem ser espaços de conhecimento, que abraçam e difundem todas as culturas e histórias sociais.

A biblioteca, sendo de fundamental importância para uma nova construção da identidade negra, requer pessoas bibliotecárias comprometidas em adotar uma perspectiva crítica. Os bibliotecários devem ser capazes de levantar discussões para questões ligadas à sociedade, sua diversidade populacional e as demandas informacionais de todos os grupos que a compõem. Assim, torna-se seu dever contribuir para a transformação de pensamentos, aliando-se aos movimentos contra a exclusão social. Souza (2022) afirma que esse compromisso se manifesta na

promoção, através do espaço da biblioteca, de acervos e serviços que fomentem e fortaleçam a cultura da população afro-brasileira, contribuindo, assim, de maneira efetiva para a luta antirracista.

Alinhando-se a essa disposição, o manifesto da IFLA (2022) deixa evidente que:

A biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais. Em todas as nações, mas especialmente nos países em desenvolvimento, as bibliotecas ajudam a garantir que os direitos à educação e à participação na sociedade do conhecimento e da vida cultural da comunidade estejam acessíveis ao maior número possível de pessoas.

Ao se deparar com essas reflexões, é crucial que os profissionais da área sejam capacitados para compreenderem a temática racial e identificarem maneiras de agir no combate ao racismo. É fundamental reconhecer que o problema não é exclusivo da comunidade negra, como a elite branca e a mídia tentam impor. Pelo contrário, trata-se de uma questão social que impacta profundamente toda a sociedade brasileira, impedindo o avanço em direção a uma verdadeira sociedade democrática e igualitária (Silva; Lima, 2018). Diante da discussão apresentada nesta introdução, é pertinente salientar que a presente pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Informação, Sociedade e Cultura”. Nesse contexto, a problemática que orienta a investigação é: Como o desenvolvimento do letramento racial, por meio da criação de uma cartilha antirracista para pessoas bibliotecárias da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS), pode contribuir para promover práticas inclusivas e fortalecer a construção de uma sociedade mais justa e equitativa?

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é investigar e fomentar a implementação de práticas biblioteconômicas antirracistas na Biblioteca Central da UFS, integrando perspectivas decoloniais e negras. A pesquisa busca promover o letramento racial e a educação antirracista como pilares para a construção de um ambiente biblioteconômico mais inclusivo e diverso, culminando na elaboração de uma cartilha antirracista como instrumento educativo e transformador.

Quanto aos objetivos específicos, destacam-se:

- Analisar a composição dos acervos da biblioteca que abordam as temáticas étnico-raciais;
- Analisar o papel do(a) bibliotecário(a) na promoção do letramento racial e na disseminação de práticas antirracistas;
- Identificar estratégias que o(a) bibliotecário(a) pode adotar para mediar discussões e atividades que promovam o letramento racial antirracista e a igualdade social dentro do ambiente bibliotecário;
- Contribuir para a implementação de práticas antirracistas nas unidades de informação.

A fundamentação desta pesquisa surgiu durante a disciplina de Serviço de Informação e Referência, do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação da UFS. Nessa disciplina, o docente apresentou e discutiu o texto “*A dimensão informacional da transição capilar: identidades e empoderamento nas mídias sociais*”, das autoras Ferrari e Assis (2017). Essa obra aborda o profundo preconceito enraizado em relação às características, identidade e cultura da população afro-brasileira e ressalta a relevância da informação na disseminação de conhecimento sobre a população afro-brasileira, enfatizando a produção de conhecimento como um meio para que os indivíduos possam questionar sua posição, suas ações e tenham a capacidade de construir suas próprias ideologias. A abordagem do texto motivou a elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso, proporcionando um amplo entendimento sobre o tema. Isso não só nos impulsionou a ir além, mas também criar algo mais significativo, visando promover mudanças na cultura informacional.

As bibliotecas possuem uma dimensão social que lhes confere o poder de mediar a informação de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e antirracista. Nesse contexto, torna-se fundamental que essas instituições promovam o enaltecimento da cultura e da história das minorias sociais, garantindo que sejam devidamente respeitados por todos. Assim, a presente pesquisa, por meio da mediação da informação, representa uma oportunidade de fortalecer o papel social das bibliotecas, reconhecendo seu potencial transformador na promoção da justiça e da equidade.

2 A QUESTÃO DO NEGRO E DO RACISMO NO BRASIL

A contribuição da comunidade negra para a riqueza cultural, social e política do Brasil é inegável. Contudo, durante o período colonial, além da retirada forçada dos povos africanos de suas terras de origem, foram empregadas diversas táticas de dominação para reprimir as influências africanas. Entre essas estratégias, destacam-se o uso de mecanismos de controle para limitar a propagação das línguas africanas e a mistura de indivíduos que falavam idiomas diferentes, dificultando a comunicação e reduzindo as possibilidades de organização e fuga (Gomes, 2018).

A repressão, o silenciamento e a exploração de uma raça com base na cor da pele evidenciam o racismo estrutural enraizado na história. A escravidão não foi um acidente histórico, mas sim uma ferramenta deliberada do homem branco para subjugar e inferiorizar a população negra, promovendo a destruição de suas culturas, línguas e tradições. Apesar disso, é importante destacar que os africanos trazidos ao Brasil possuíam uma diversidade rica de culturas, línguas e crenças. Mesmo diante de condições desumanas, esses povos resistiram, unindo-se e fortalecendo-se para preservar sua ancestralidade, mantendo vivos os laços com suas origens e tradições. Embora a escravidão tenha sido formalmente abolida no Brasil de maneira tardia, o racismo permanece como uma força estrutural e persistente na sociedade. No período pós-abolição, a população negra continuou a enfrentar condições socioeconômicas precárias, marcadas por trabalhos mal remunerados e o acesso limitado à educação. Nesse contexto, emergiu a estratégia do "branqueamento", que promovia a miscigenação entre brancos e negros como uma suposta solução para "clarear" a população e reduzir as diferenças raciais visíveis. No entanto, por trás dessa retórica de harmonia racial, o branqueamento representava uma tentativa deliberada de manter a supremacia branca, desvalorizando a estética, a cultura e a identidade da população negra.

A construção histórica do pacto da branquitude, anterior até mesmo à escravidão, consolidou a ideia de superioridade branca. Essa ideologia se manifestou por meio de estratégias que buscavam apagar os vestígios da cultura e dos traços africanos na sociedade, utilizando privilégios de poder para perpetuar a noção de inferioridade da população negra. Por meio de mecanismos como a exclusão educacional, a restrição de oportunidades de trabalho e a negação de direitos fundamentais, como a liberdade, a branquitude tentou relegar os negros a uma

posição subordinada. Tudo isso ocorre de maneira velada, disfarçada nas entrelinhas, para mascarar o fato de que o racismo sempre foi e continua sendo uma parte intrínseca da estrutura social.

Esse pacto não se resume a acordos explícitos, mas a um conjunto de práticas, valores e estruturas que operam para consolidar e manter a hegemonia branca nas mais diversas esferas sociais. Ele nasce da necessidade de garantir privilégios e justificar desigualdades, forjando uma ideia de superioridade racial que foi sendo naturalizada ao longo dos séculos.

A ideologia da superioridade branca se manifesta de maneira estratégica. Uma de suas principais ferramentas é o apagamento dos vestígios culturais, históricos dos povos africanos. Ao longo da colonização, a cultura dos povos africanos foi sistematicamente deslegitimada, desumanizada e reescrita sob a ótica eurocêntrica, visando a exclusão da população negra dos espaços de poder, decisão e pertencimento.

Esse projeto de apagamento operou (e ainda opera) por meio de instituições sociais como a escola, a mídia, a igreja e o Estado, que reforçam padrões estéticos, culturais e intelectuais brancos como universais e superiores. Assim, a branquitude, enquanto posição social privilegiada, utiliza-se do poder simbólico e material para manter-se como norma, ao mesmo tempo em que empurra a população negra para a marginalização.

Como ressalta Ferreira (2019, p.477),

A imagem que o país sempre buscou difundir, de nação mestiça, que superou o problema da discriminação racial e constituiu um modelo de integração para o mundo, hoje esbarra na decadência do mito da democracia racial. Aqui, a mestiçagem foi utilizada como escudo para evitar o reconhecimento da importância da população negra na história e na vida cultural brasileira, bem como para exaltar um dos grandes mitos da sociedade brasileira: o de que constituímos uma democracia racial.

De forma dissimulada, no período pós-abolição, as elites no poder tentaram promover a ideia de que o Brasil era uma nação livre de racismo, onde todos eram tratados de maneira igualitária, independentemente de sua origem racial. Foi nesse contexto que surgiu o mito da democracia racial, uma narrativa estrategicamente elaborada para mascarar as desigualdades estruturais e sustentar a falsa imagem de uma convivência harmoniosa entre brancos e negros.

No entanto, essa narrativa mascarou a realidade da exclusão da população negra, que, sem acesso a terras, educação e trabalho digno, foi marginalizada, enquanto havia incentivo do Estado para promover a imigração europeia para incentivar o “branqueamento” da sociedade. Diferente do modelo de segregação explícita dos Estados Unidos, o racismo no Brasil se consolidou de forma estrutural, perpetuando desigualdades socioeconômicas que ainda hoje se refletem no acesso à educação, no mercado de trabalho e no sistema penal.

No período pós-abolição da escravidão no Brasil, instaurou-se uma nova forma de dominação racial marcada por sutilezas e estratégias simbólicas. Sem a implementação de políticas de reparação ou de inclusão para a população negra recém-liberta, as elites no poder buscaram consolidar uma narrativa que negava a existência do racismo no país. Nesse contexto, emergiu o mito da democracia racial, uma construção ideológica que sustentava a imagem do Brasil como uma nação harmoniosa e igualitária do ponto de vista étnico-racial.

Como ressalta Abdias Nascimento (2016, p. 82), “o Brasil não pratica o racismo ostensivo e direto, mas é mestre em camuflar o preconceito sob a falsa aparência de cordialidade”. Dito isso, o autor desmonta o mito da democracia racial brasileira, uma ideia amplamente difundida no século XX, que sustentava que o Brasil seria um país sem racismo devido à miscigenação, apontando como o racismo no Brasil é sistemático e estrutural, operando de maneira velada. Ao camuflar o preconceito, a sociedade brasileira perpetua a exclusão e o silenciamento das populações negras, tornando difícil o combate direto ao problema.

Essa narrativa foi estrategicamente elaborada para mascarar as desigualdades estruturais herdadas da escravidão e garantir a manutenção dos privilégios brancos nas esferas econômica, política e simbólica. Ao afirmar que brancos, negros e indígenas viviam em convivência pacífica e sem discriminação, o mito da democracia racial tornou-se um instrumento eficaz de silenciamento das denúncias de racismo, deslegitimando as experiências de opressão vividas por grande parte da população negra.

Além disso, essa construção ideológica dificultou o reconhecimento público e institucional do racismo como um problema social grave e persistente. As desigualdades no acesso à educação, à moradia, ao mercado de trabalho e à representação política eram invisibilizadas, sob a justificativa de que o país oferecia igualdade de oportunidades para todos, independentemente da origem racial. O mito

da democracia racial, portanto, operou como um mecanismo de negação das hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira.

Essa ideia enganosa propagava a visão de que a sociedade brasileira ignorava preconceitos de cor ou classe social, ocultando, na realidade, as profundas desigualdades e discriminações enfrentadas pela população negra. Longe de refletir uma igualdade genuína, o mito da democracia racial serviu como ferramenta ideológica para perpetuar privilégios e desviar a atenção das lutas por justiça e equidade racial.

Silva Júnior (2022, p. 70) reforça essa ideia ao observar que:

O mito da democracia racial, na verdade, serve para mascarar o racismo no Brasil, apregoando uma imagem ilusória. O racismo no Brasil, através da democracia racial, funciona a partir de uma situação hierárquica bem definida, a diferença de status entre o agressor e a vítima, e uma informalidade das relações sociais.

O mito da democracia racial foi mais uma tentativa da branquitude de reafirmar sua posição de superioridade na sociedade, apresentando-se como moralmente e culturalmente evoluída. Essa narrativa buscava perpetuar a ilusão de que as desigualdades e violências do passado haviam sido superadas e que a sociedade brasileira vivia em igualdade e harmonia racial. No entanto, essa imagem de progresso esconde profundas desigualdades e uma estrutura de poder que continua a privilegiar uns em detrimento de outros.

Grada Kilomba (2019) destaca que, ao incluir a dimensão de poder, o racismo se revela nas diferenças globais no acesso e na distribuição de recursos essenciais, como representação política, políticas públicas, mídia, emprego, educação, moradia e saúde. Esses fatores expõem como o racismo não é apenas um problema interpessoal, mas uma estrutura sistêmica que molda a sociedade.

O racismo, quando analisado a partir da dimensão do poder, revela-se não apenas como um conjunto de preconceitos individuais, mas como um sistema estrutural que organiza desigualmente o acesso a direitos e recursos essenciais. Essa estrutura se manifesta sutilmente na sociedade, como, por exemplo, em locais de representação política, nas políticas públicas, na ocupação dos espaços midiáticos, no mercado de trabalho, na educação, na moradia e na saúde. A desigualdade racial não ocorre de maneira isolada, mas é resultado de um histórico de exclusão que

perpetua privilégios para determinados grupos enquanto impõe barreiras sistemáticas a outros. Assim, o racismo não se resume a atos de discriminação interpessoal, mas funciona como um mecanismo que condiciona oportunidades, restringe direitos e molda as relações sociais, garantindo a manutenção das hierarquias raciais na sociedade. O enfrentamento desse problema exige, portanto, uma abordagem que vá além do combate a atitudes individuais, incluindo a reformulação de políticas e estruturas que sustentam essas desigualdades.

Para compreender o racismo, é indispensável revisitar o conceito de "raça", cuja origem remonta à Europa do século XVIII, no contexto do pensamento iluminista e da classificação das espécies. Inicialmente aplicado a grupos de animais e plantas com características semelhantes, o termo foi transposto para o campo humano à medida que o colonialismo europeu avançava. A categorização racial foi usada para justificar a exploração e a dominação de populações colonizadas. Assim, o termo "raça" está profundamente atrelado às condições históricas em que é empregado, revelando que por trás dessa noção sempre há contingências, conflitos, dinâmicas de poder e decisões políticas.

Mendes (2012, p.102) observa que

A origem do termo raça tem raízes na palavra latina *ratio*, que significa, entre outras coisas, "ordem cronológica"; quando reportado a uma realidade biológica, esse sentido lógico tende a persistir. A raça é, então, entendida como um conjunto de traços biológicos e psicológicos que interligam ascendentes e descendentes numa mesma linhagem.

O conceito de raça, ao longo da história, tem sido utilizado como uma ferramenta de classificação e hierarquização dos grupos humanos. Sua origem etimológica remonta ao termo latino *ratio*, que remete à ideia de ordem, sequência e lógica e, quando aplicado ao campo biológico, reforça a noção de continuidade entre ascendentes e descendentes. A partir desse viés, a raça passou a ser compreendida não apenas como um conjunto de traços físicos hereditários, mas também como um marcador de supostas diferenças psicológicas e comportamentais entre os grupos. No entanto, essa visão foi amplamente questionada pela biologia e pelas ciências sociais, que demonstraram que as variações genéticas entre indivíduos de diferentes "raças" são mínimas e que a construção racial é, sobretudo, um fenômeno social e histórico. Apesar da ausência de base científica, a ideia de raça foi instrumentalizada para justificar desigualdades e práticas discriminatórias, influenciando políticas de segregação, colonização e exclusão social.

Quando o francês François Bernier passou a utilizar o termo “raça” para distinguir diferentes povos, ficou evidente a intenção de hierarquizar a humanidade, inferiorizando determinados grupos e promovendo a superioridade de outros. Assim, explorar o significado de “raça” implica também discutir a distinção entre preconceito racial e discriminação racial, conceitos que estruturam as dinâmicas de desigualdade.

Almeida (2019, p. 22) esclarece essa diferença ao apontar que o preconceito racial é um julgamento “baseado em estereótipos sobre indivíduos pertencentes a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Nesse sentido, o preconceito não implica, necessariamente, discriminação direta, mas estabelece as bases para sua ocorrência, ficando entendido que o preconceito opera no nível cognitivo e atitudinal, moldando percepções e comportamentos, enquanto a discriminação se manifesta em ações concretas que excluem, marginalizam ou prejudicam determinados grupos raciais. Essa distinção é essencial para compreender como o racismo se estrutura na sociedade, pois, mesmo quando não há manifestações explícitas de discriminação, o preconceito racial reforça desigualdades ao influenciar decisões políticas, relações sociais e oportunidades no mercado de trabalho, na educação e em outros espaços institucionais.

O racismo “se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 22). O racismo, portanto, pode ser entendido como uma combinação de preconceitos e discriminações profundamente enraizadas na sociedade, cujas origens remontam ao período colonial e foram reforçadas por processos históricos, como o branqueamento forçado da população. A partir dessas raízes, ele se desdobra em três categorias principais: racismo individualista, institucional e estrutural.

O racismo individualista, conforme Almeida (2019), tem natureza psicológica, podendo se manifestar individual ou coletivamente. Trata-se de um fenômeno patológico, associado a grupos que frequentemente negam a existência do racismo, reconhecendo apenas o preconceito. Essa abordagem minimiza a profundidade do problema e reduz o racismo a questões interpessoais.

Diferente do viés individualista, o racismo institucional está relacionado às práticas e políticas de instituições que reforçam desigualdades raciais. Essas instituições, conscientes ou não, utilizam seu poder para perpetuar atos discriminatórios, consolidando privilégios de um grupo em detrimento de outros.

Por sua vez, o racismo estrutural refere-se a um sistema em que “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes”, como observa Kilomba (2019, p. 77).

Em outras palavras, o racismo estrutural não se restringe apenas a atitudes individuais de discriminação, mas também está enraizado nas instituições e nas dinâmicas sociais que perpetuam privilégios para grupos brancos, enquanto impõem barreiras sistemáticas aos grupos racializados. Essa forma de racismo, muitas das vezes, se manifesta através das políticas públicas, leis, oportunidades econômicas, acesso à educação, ao mercado de trabalho e à justiça, que são distribuídos de forma desigual, criando um ciclo de exclusão que se reproduz ao longo dos tempos. Diferentemente do racismo interpessoal, que se expressa em ações diretas de discriminação, o racismo estrutural opera de forma mais sutil, muitas vezes disfarçado de neutralidade ou mérito, mas garantindo que os espaços de poder e tomada de decisão permaneçam sob domínio majoritariamente branco. Assim, compreender e combater o racismo estrutural exige uma revisão crítica das normas e práticas institucionais.

À luz desses conceitos, fica evidente que o racismo vai além das esferas individuais e institucionais, abrangendo dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. Ele se revela como um sistema complexo e abrangente de opressão, cujo objetivo é a subjugação de determinados grupos em prol da superioridade de outros. Djamila Ribeiro (2019, p. 15) afirma que “o racismo não é um problema das pessoas negras. É uma estrutura de poder que beneficia algumas pessoas às custas da exclusão de outras”. A autora desnaturaliza o racismo, apresentando-o como um sistema estruturado que organiza as relações sociais, destacando que o racismo não é apenas um conjunto de atitudes individuais, mas sim um mecanismo que opera em favor de grupos específicos, garantindo privilégios.

Essa afirmação desconstrói a ideia de que o combate ao racismo é uma responsabilidade exclusiva das pessoas negras. Ao contrário, trata-se de um problema coletivo, cuja resolução requer o envolvimento de todos, especialmente daqueles que se beneficiam desse sistema.

Ao expor o racismo como uma estrutura de poder, Ribeiro desafia narrativas que tratam o racismo como algo acidental ou isolado. Ela sugere que o combate ao racismo exige ações conscientes, como a desconstrução de privilégios, a reforma de instituições e a transformação de comportamentos sociais.

Nesse sentido, é necessário salientar que o racismo não é apenas um problema individual ou moral, mas sim um sistema estruturado que permeia as instituições, as práticas sociais e as relações de poder. Isso significa que ele organiza as relações sociais de modo a beneficiar determinados grupos (majoritariamente brancos) e excluir outros (principalmente pessoas negras e indígenas). Ao colocar o racismo como algo sistêmico, Ribeiro desloca o debate da esfera pessoal, onde muitas vezes é reduzido à "falta de educação" ou "ignorância", para a esfera política e coletiva, onde ele precisa ser combatido como um fenômeno social amplo.

A afirmação de que o racismo é uma estrutura de poder e não apenas um conjunto de atitudes individuais traz uma reflexão importante sobre como a sociedade é organizada. Ao tratar o racismo dessa forma, a ideia de que ele é algo natural ou acidental, que pode ser resolvido por ações isoladas, é colocada de lado. Na verdade, o racismo está nas bases do funcionamento da sociedade, nos sistemas que garantem que alguns se beneficiem em detrimento de outros. Ele não se limita a atos de discriminação pontuais, mas está presente nas instituições, na cultura e nas políticas que moldam as relações sociais.

Além disso, a afirmação reforça que o combate ao racismo não deve ser uma responsabilidade exclusiva das pessoas negras. Quando se entende que o racismo é um sistema que favorece determinados grupos, fica claro que todos, especialmente aqueles que se beneficiam desse sistema, têm um papel fundamental na mudança. Não basta se declarar "não racista"; é necessário reconhecer os privilégios que se têm e agir para que as estruturas de poder sejam alteradas.

Essa visão propõe que o racismo não é algo que possa ser resolvido apenas com boas intenções ou ações individuais. Ele requer uma mudança profunda nas práticas sociais, nas instituições e, principalmente, nas atitudes coletivas. Só com a conscientização de que o racismo é sistêmico, e não algo isolado, é possível dar passos concretos para sua erradicação. É um desafio coletivo, que exige que todos, independentemente da origem racial, se comprometam com a transformação social.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LETRAMENTOS

O termo *letramento* não possui um conceito único e definido, mas sim uma variedade de abordagens e significados que refletem sua complexidade. Essa multiplicidade, aliada à confusão frequente com os termos “alfabetismo” e “analfabetismo”, muitas vezes reduz a amplitude do que o letramento realmente engloba. Esse panorama, marcado por usos diversos e por vezes contraditórios da palavra, motiva a adoção do plural *letramentos*, destacando a necessidade de compreender melhor as diferentes práticas sociais e culturais que o constituem (Veloso, 2023).

Ao longo dos anos, diferentes abordagens teóricas vêm atribuindo sentidos variados ao letramento, refletindo sua complexidade e natureza multifacetada. Tal diversidade impõe desafios conceituais e práticos, especialmente no que diz respeito à distinção entre letramento e os termos “alfabetismo” e “analfabetismo”, que frequentemente são utilizados de forma intercambiável e imprecisa.

Diante desse panorama, marcado por usos diversos e por vezes contraditórios do termo, emerge a proposta de pensar os *letramentos* no plural. Tal perspectiva destaca a multiplicidade de práticas letradas que coexistem em diferentes esferas da vida social, reconhecendo que grupos distintos mobilizam repertórios variados de leitura e escrita de acordo com seus contextos e necessidades. Essa abordagem plural rompe com a ideia de um modelo único e hegemônico de letramento, valorizando os saberes locais, comunitários e periféricos.

A adoção do termo *letramentos* evidencia a importância de compreender a leitura e a escrita como práticas sociais situadas, perpassadas por marcadores como classe, raça, gênero, território, religiosidade e tecnologias. Ao reconhecer essa diversidade, abre-se espaço para práticas educativas mais inclusivas, capazes de acolher diferentes trajetórias e formas de expressão letrada. Assim, compreender os letramentos em sua pluralidade é também um exercício de escuta, de reconhecimento da diferença e de enfrentamento das desigualdades históricas no acesso ao conhecimento e à palavra.

Nesse contexto, diversos autores têm proposto definições próprias para o termo. Por exemplo, Rodrigues (2020, p. 106) aborda o letramento como

[...] importado da literatura anglo-saxônica (*literacy*) para indicar habilidades de leitura e escrita. Desse modo, todo o conjunto de conhecimento para as competências de leitura e escrita são contempladas, com processos linguísticos e cognitivos de compreensão.

Para Geraldi (2014, p. 26),

O conceito de letramento é muito difícil de ser especificado, porque remete tanto a um estado a que acede um sujeito quanto às habilidades deste mesmo sujeito de movimentar-se num mundo povoado de textos, tanto como leitor destes quanto como autor de novos textos a enriquecer o patrimônio de enunciados concretos disponível em diferentes esferas da comunicação social de uma dada sociedade.

Dessa forma, pode-se afirmar que o letramento transcende a mera habilidade de ler e escrever. De maneira ampla e multifacetada, o termo abrange a capacidade de compreender, interpretar e interagir criticamente com textos e informações em diferentes contextos. Embora frequentemente comparado ao alfabetismo, as distinções entre os dois conceitos são claras: enquanto o alfabetismo se refere à habilidade técnica de decodificar e produzir a escrita, o letramento engloba as práticas sociais, culturais e cognitivas associadas ao uso da linguagem escrita no cotidiano.

Pereira Junior, Teixeira e Ribeiro (2023, p.151) reforçam que:

Compreendemos que a alfabetização nomeia o processo de aquisição do sistema de escrita, ou seja, o aprendizado dos signos que representam as letras do sistema de escrita da língua portuguesa; e os letramentos são a utilização consciente desse sistema na vida cotidiana de quem o utiliza, logo, seria o processo de entender os significados e usos que permeiam os símbolos da escrita da língua portuguesa.

Longe de se restringir a um domínio técnico da linguagem, o *letramento* envolve a capacidade de compreender, interpretar e interagir criticamente com textos e informações nos mais diversos contextos sociais, culturais e históricos. Essa abordagem amplia a compreensão tradicional sobre a aquisição da linguagem escrita, deslocando o foco da decodificação para a funcionalidade e o significado da linguagem no cotidiano da sociedade.

Embora muitas vezes confundido com o conceito de *alfabetismo*, é

fundamental destacar as distinções que os diferenciam. O *alfabetismo* refere-se às competências técnicas mínimas de leitura e escrita, relacionadas à decodificação de símbolos e à produção textual. Já o *letramento*, em sua acepção mais ampla, está associado às práticas sociais e culturais que envolvem o uso da linguagem escrita, incluindo os modos como os sujeitos leem, escrevem e se posicionam criticamente frente aos discursos que circulam em suas realidades. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e contextualizado, que não se limita à aquisição de habilidades escolares, mas envolve o engajamento ativo em práticas letradas socialmente reconhecidas.

Essa perspectiva é reforçada por estudos que compreendem o *letramento* como um fenômeno situado, isto é, como parte de relações sociais marcadas por fatores como classe, gênero, etnia e acesso à informação. Nessa direção, o *letramento* é compreendido não apenas como uma competência individual, mas como uma construção social que se desenvolve nas interações entre os sujeitos e as diferentes esferas da vida em sociedade.

Embora apresentem diferenças conceituais, o *alfabetismo* pode ser considerado a base para a construção do *letramento*. Ser alfabetizado é um passo essencial para se tornar letrado, pois fornece as ferramentas necessárias para que os indivíduos compreendam e interajam de forma crítica e produtiva com o mundo escrito. O domínio das habilidades de leitura e escrita é, portanto, indispensável para a formação de um sujeito letrado, uma vez que essas competências lhes permitem compreender textos, analisar informações, comunicar ideias e participar plenamente da sociedade.

As formas tradicionais de alfabetização, que antes se concentravam exclusivamente na codificação e decodificação da escrita, têm reconhecido a importância de ampliar sua abordagem para incluir os usos sociais da linguagem escrita. Essa mudança reflete a compreensão de que, sem uma visão mais abrangente, o processo de alfabetização se tornaria limitado em sua eficácia.

Nesse sentido, tanto as práticas de alfabetização quanto o conceito de *letramento* compartilham o objetivo de promover o acesso ao mundo da escrita, incorporando perspectivas contemporâneas que dialogam com métodos tradicionais. Como destaca Geraldi (2014), essa nova teoria do *letramento*, embora inovadora, também resgata práticas do passado, ao revisitar criticamente métodos de alfabetização anteriormente questionados por estudos recentes.

Ao adotar essa concepção, reconhece-se que o *letramento* desempenha um papel central na formação das pessoas, contribuindo para a participação crítica e consciente dos indivíduos na vida em sociedade. Assim, compreender o *letramento* em sua dimensão multifacetada é essencial para o desenvolvimento de práticas educacionais comprometidas com a equidade e com a justiça social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades estruturais de acesso ao conhecimento.

3.1 LETRAMENTOS SOCIAIS

Os *letramentos sociais* constituem uma abordagem central nos estudos contemporâneos sobre educação e comunicação. Esse conceito refere-se à capacidade de compreender e utilizar a linguagem de maneira eficaz em diversos contextos sociais. Mais do que a mera alfabetização, os *letramentos sociais* abrangem a compreensão dos valores, práticas culturais e convenções que moldam os diferentes grupos sociais.

Os *letramentos sociais* estão relacionados à interação entre os indivíduos e à maneira como utilizam a leitura e a escrita em suas relações cotidianas — seja no trabalho, na educação, nas redes sociais ou em espaços públicos. Trata-se de um processo dinâmico, que não se restringe à aquisição de habilidades técnicas de leitura e escrita, mas que envolve o uso desses conhecimentos para interagir, compreender e transformar a realidade social.

Nos ambientes de trabalho, por exemplo, o *letramento social* possibilita que os indivíduos compreendam normas, documentos e regulamentos, além de se comunicarem de forma eficiente em diferentes situações. No contexto educacional, permite que estudantes desenvolvam pensamento crítico e compreendam textos acadêmicos e institucionais, preparando-os para um engajamento mais ativo na sociedade. Nas redes sociais, essa habilidade se torna essencial para avaliar a veracidade das informações, participar de debates de forma argumentativa e exercer um papel ativo na construção do conhecimento coletivo.

O desenvolvimento de *letramentos sociais* é fundamental para a formação de cidadãos críticos e participativos, pois permite que os indivíduos compreendam as normas, valores e práticas culturais de suas comunidades. Além disso, esses letramentos abrangem a capacidade de interpretar e produzir textos que tenham impacto social, como petições, discursos, manifestações artísticas e textos políticos. A escrita e a leitura tornam-se instrumentos de expressão e reivindicação de direitos, permitindo que grupos sociais articulem suas demandas e promovam mudanças significativas.

Nesse sentido, Farias (2021, p. 29) oferece uma reflexão aprofundada sobre os *letramentos sociais*, destacando sua relevância como prática social:

Defendo que o letramento como prática social, ou seja, mediatizado pelas questões ideológicas pode contribuir para o trabalho com diferentes questões sociais relativas ao ensino de língua portuguesa, considerando a língua falada pelos alunos em suas diferentes práticas e contextos, fazendo com que haja uma compreensão da relação existente entre língua falada e língua escrita.

Os *letramentos sociais* permitem que as pessoas não apenas acessem informações, mas também construam relacionamentos, solucionem problemas e influenciem positivamente o mundo ao seu redor. Eles desempenham um papel essencial ao capacitar os indivíduos para participarem ativamente da sociedade contemporânea.

Essa habilidade transcende o domínio básico da leitura e da escrita, englobando a compreensão e a aplicação dessas competências em diferentes contextos sociais. **Inclui também** a capacidade de interpretar e analisar criticamente informações, compreender múltiplas perspectivas, engajar-se em diálogos significativos e agir de forma ética e informada em ambientes sociais diversos. Assim, o *letramento social* não apenas contribui para a inserção dos indivíduos na sociedade, mas também fortalece sua capacidade de agir criticamente sobre a realidade. Ele permite que as pessoas compreendam e participem das estruturas sociais, promovendo mudanças e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, investir no desenvolvimento do *letramento social* é essencial para formar indivíduos mais conscientes e engajados, capazes de interagir de maneira efetiva em diferentes contextos e transformar suas comunidades.

Em um mundo cada vez mais marcado pela complexidade social e cultural, os *letramentos sociais* são indispensáveis para a tomada de decisões informadas, o engajamento cívico e a construção de comunidades coesas. Sua relevância é ainda maior em cenários de diversidade, nos quais capacitam os indivíduos a interagir respeitosamente com pessoas de diferentes origens, valorizando as nuances culturais e sociais que moldam as interações humanas.

3.1.1 Letramento racial

Intrinsecamente relacionado aos *letramentos sociais*, o *letramento racial* é um conceito essencial que tem ganhado crescente relevância nas discussões acadêmicas e

sociais nos últimos anos. Essa abordagem analisa a complexa intersecção entre raça, identidade e sociedade, investigando de que maneira as estruturas e normas sociais moldam a percepção, a representação e as experiências das pessoas pertencentes a diferentes grupos raciais.

O *letramento racial* é um processo essencial para a compreensão crítica das dinâmicas raciais presentes na sociedade. Ele envolve a capacidade de reconhecer, interpretar e questionar as desigualdades raciais, os estereótipos e as estruturas de poder que perpetuam a discriminação. Além disso, busca promover o diálogo sobre questões raciais e incentivar a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

De acordo com Severo (2021, p. 9),

A Negritude, enquanto produtora de uma crítica ao regime de verdade racista, tensiona os processos de subjetivação. Se, por um lado, o regime de verdade proposto pela Negritude não nega a racialização, por outro, essa racialização se dá em novos termos. Assim, temos uma alteração no processo de subjetivação em relação ao regime de verdade racista, orientada pelos regimes de verdade que emergem da crítica: o regime de verdade da Negritude, que reinstaura a humanidade dos sujeitos negros; o regime de verdade proposto pelo olhar dos Estudos Críticos da Branquitude, que questiona a positividade e os privilégios atribuídos aos sujeitos brancos. Nesse contexto, o *letramento racial* surge como um conjunto de práticas que, ao questionar aquilo que o regime de verdade racista propõe, produz novos sujeitos.

No Brasil, o conceito de letramento racial emergiu em 2012, inicialmente no campo da Psicologia Social, com a análise de Lia Vainer Schucman sobre a branquitude, em sua tese de doutorado. Em 2014, Maria Aparecida Ferreira, ao abordar a educação e a linguagem, focou nas identidades negras e desenvolveu o conceito de letramento racial crítico, fundamentado em sua revisão teórica da Teoria Racial Crítica (TRC). Assim, é possível identificar uma subdivisão no uso do letramento racial no Brasil, refletindo duas perspectivas distintas.

Ambas as pesquisadoras argumentam que o letramento racial está intimamente ligado aos processos naturalizados de pensamento e ação que sustentam o racismo, defendendo a necessidade de revisitar as memórias históricas para desconstruir as estruturas racistas presentes na sociedade.

É importante destacar a diferença entre letramento racial e letramento racial crítico. O letramento racial crítico adota uma abordagem mais profunda, incentivando uma análise crítica das estruturas de poder e das relações sociais que perpetuam o racismo. Esse conceito visa desafiar e desconstruir o sistema de opressão, abordando questões complexas como interseccionalidade, branquitude, colonialismo e outras formas de opressão, com o objetivo de promover a conscientização e fomentar ações transformadoras na sociedade.

O conceito surge a partir da Teoria Racial Crítica (Critical Race Theory) nos Estados Unidos, onde alguns autores usam a raça como ponto de partida para analisar uma série de questões sociais. Esses teóricos compreendem que gênero e classe também estão entremeados, mas usam raça como parâmetro principal de análise, Ladson-Billings e Tate (1995) são os responsáveis por levar a teoria para o campo educacional. (Santos; Amorim, 2021, p. 6).

O *letramento racial* se concentra na maneira como as questões relacionadas à raça e ao racismo são compreendidas e identificadas, com o objetivo de promover a conscientização sobre os problemas raciais e auxiliar as pessoas a reconhecerem a existência e os impactos do racismo. Essa abordagem emerge como uma ferramenta essencial na busca pela compreensão e transformação das dinâmicas sociais, promovendo a conscientização e a equidade.

Ao desenvolver habilidades de leitura, escrita e análise crítica sobre as questões raciais, o *letramento racial* capacita os indivíduos a questionarem, contextualizarem e desafiar estereótipos e preconceitos profundamente enraizados. Desse modo, desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade, permitindo que as pessoas reconheçam a pluralidade de experiências e contribuições de diferentes grupos étnico-raciais.

Outra vertente é o *letramento racial crítico*, que vai além da compreensão das questões raciais e busca uma reflexão mais profunda sobre as estruturas de poder que perpetuam o racismo. Esse conceito baseia-se na Teoria Crítica da Raça e propõe um olhar investigativo sobre as instituições, as leis, as políticas e as práticas sociais que mantêm as desigualdades raciais. Esse tipo de *letramento* incentiva a ação e o ativismo, promovendo mudanças estruturais por meio da educação antirracista, da criação de políticas inclusivas e da revisão de narrativas históricas e culturais que reforçam o racismo sistêmico.

Enquanto o *letramento racial* tem um enfoque mais voltado para o reconhecimento e a compreensão das dinâmicas raciais, o *letramento racial crítico* adiciona uma camada de questionamento e engajamento na luta antirracista. Ele desafia os indivíduos a identificarem e confrontarem as estruturas de opressão, incentivando uma postura ativa na busca por equidade e justiça social.

Desenvolver o *letramento racial* na sociedade é de extrema importância, pois permite que todos adquiram conhecimento sobre a verdadeira história da população negra, suas raízes e sua rica cultura, facilitando também o reconhecimento do racismo presente no cotidiano e possibilitando sua desconstrução.

Esse tipo de *letramento* está diretamente relacionado ao entendimento da história e da cultura de diferentes grupos raciais, bem como à análise de como as relações raciais influenciam a educação, o mercado de trabalho, a política e outras esferas sociais. O *letramento racial* também estimula o respeito pela diversidade, proporcionando condições para que os indivíduos se posicionem de maneira consciente e responsável diante das questões raciais.

Nesse sentido, Braúna, Souza e Sobrinha (2022, p. 6) definem o *letramento racial* como “uma ferramenta contínua de ação, um compromisso político no enfrentamento do racismo dentro e fora da escola”

Uma frase amplamente conhecida, mas de autoria desconhecida, afirma: “Ninguém nasce racista, torna-se um”. É a partir dessa reflexão que surge a compreensão de que o *letramento racial* deve ser implementado, principalmente, na educação básica, desde os anos iniciais do ensino fundamental, pois é nesse contexto que uma nova sociedade começa a ser formada.

Além disso, o *letramento racial* é crucial para a construção de uma sociedade mais justa, fornecendo as ferramentas necessárias para a identificação e o enfrentamento do racismo estrutural. Ao promover o *letramento racial*, não apenas se capacita os indivíduos a compreenderem melhor o contexto histórico e social em que estão inseridos, mas também se fomenta uma consciência coletiva que contribui para a construção de um futuro mais igualitário e respeitoso com a diversidade.

Rodrigues (2023), por sua vez, apresenta um conceito distinto de *letramento racial*, definindo-o como “um processo de reeducação racial que reúne um conjunto de práticas com o intuito de desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas e normalizadas socialmente, em relação a pessoas negras e pessoas brancas”. A autora também propõe cinco fundamentos que servem como base para iniciar o processo de desconstrução das atitudes e pensamentos racistas profundamente enraizados na sociedade.

Ela enfatiza que é necessário reconhecer que as pessoas brancas, por não serem alvo de discriminação e preconceito, muitas vezes não se sentem motivadas a refletir sobre as questões étnico-raciais. Esse distanciamento decorre do privilégio concedido historicamente a elas, especialmente durante o período colonial.

Adicionalmente, Rodrigues aborda a questão dos **códigos racistas**, ressaltando a importância de compreender e interpretar esses sinais sutis de discriminação. O racismo, muitas vezes, não se manifesta de forma explícita, mas por meio de símbolos, linguagem codificada e estereótipos velados. Tais códigos podem passar despercebidos, mas exercem um impacto significativo na vida das pessoas racializadas. Para entender o racismo em sua totalidade, é crucial decodificar essas mensagens subliminares e identificar as formas mais encobertas de discriminação racial.

A desconstrução do racismo não é uma tarefa simples, pois ele está profundamente arraigado na sociedade, nos pensamentos, nas palavras, nos comportamentos e em todos os ambientes. Para que essa desconstrução seja possível, é imprescindível que profissionais de todas as áreas do conhecimento se familiarizem com as questões raciais e disseminem esse saber.

Portanto, é evidente a importância de integrar o *letramento racial* tanto na educação quanto na sociedade em geral, pois ele se configura como uma poderosa ferramenta na luta contra o racismo. O *letramento racial* é fundamental para a construção de uma consciência histórica que capacite os indivíduos a reconhecer e analisar as manifestações de racismo sistêmico e estrutural.

Ele não só promove a autoidentificação e valoriza a herança cultural afrodescendente, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na promoção da igualdade racial. Ao incorporar o *letramento racial* nos currículos educacionais e nas práticas pedagógicas e biblioteconômicas, fortalece-se a capacidade dos indivíduos de desafiar estereótipos, combater preconceitos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO CULTURAL

A *mediação* é um conceito que se manifesta de diferentes formas nas diversas áreas do conhecimento. Na Ciência da Informação, ela é entendida como a interação entre o usuário e o bibliotecário, utilizando uma linguagem comum para facilitar o processo de comunicação (Almeida; Farias; Farias, 2020).

A *mediação da informação* é um processo dinâmico e multifacetado que ocorre em diversos contextos, desde conversas informais até ambientes mais formais. Nesse processo, a informação é transmitida, interpretada e compreendida de diferentes maneiras, com o mediador desempenhando um papel essencial. Ele atua como facilitador da comunicação entre as fontes de informação e os receptores, promovendo uma transmissão eficaz. A mediação da informação vai além da mera transmissão de dados, pois envolve também a interpretação, a contextualização e a adaptação da informação para atender às necessidades específicas dos indivíduos envolvidos. Esse processo contribui significativamente para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas, promovendo uma compreensão mais profunda e significativa do mundo.

A *mediação* ocorre por meio de uma ação colaborativa entre o agente mediador e o receptor, na qual é realizada a busca pelo objeto de informação solicitado, garantindo uma mediação bem-sucedida. Para que essa ação seja eficaz, é necessário que a mediação seja conduzida de forma consciente, com base na construção de uma boa informação, a qual se torna um instrumento essencial para alcançar resultados significativos e para o desenvolvimento de uma mediação mais eficaz (Gomes, 2019).

Além de influenciar a forma como a informação é recebida, a *mediação* desempenha um papel central na construção da narrativa coletiva e na formação de opiniões. Compreender como a *mediação da informação* acontece é, portanto, fundamental para realizar uma análise crítica da sociedade da informação contemporânea.

A crescente demanda por informações na sociedade gerou uma grande necessidade de aprimorar os processos de *mediação*, especialmente no que diz respeito à melhoria do atendimento aos usuários, com o objetivo de atender às suas necessidades específicas (Fachin, 2013).

Na Ciência da Informação, existem diversos tipos de *mediação* que desempenham papéis cruciais na organização, no acesso e no uso da informação. Dentre os mais relevantes, destacam-se a *mediação informacional* e a *mediação cultural*, que são essenciais na sociedade contemporânea, marcada pelo acesso

constante e pelo fluxo de informações. Nesse contexto, compreender os fundamentos e conceitos que sustentam essas práticas torna-se indispensável para explorar suas implicações e potencialidades. Segundo Sousa, Santos e Jesus (2020, p. 2), “a mediação da informação viabiliza o acesso e o uso da informação, por meio de ações diretas e indiretas, com o objetivo de contribuir para que o sujeito se aproprie da informação”. Já a *mediação cultural* “tem o intuito de fomentar as manifestações presentes no contexto social em que os sujeitos estão inseridos” (Sousa; Santos; Jesus, 2020, p. 2).

Martinês, Pascoal e Júnior (2022, p. 5) salientam que:

Com base na literatura especializada, constata-se que a mediação da informação é um procedimento amplo e complexo, marcado pela interação de vários vetores, como sistemas de informação, objetos informacionais, profissionais da informação e usuários, além disso dialoga com sistemas de organização do conhecimento, já que a mediação da informação está presente em diversos contextos, como atividades culturais e educativas, processamento técnico, atividades de catalogação, organização e classificação e, por seu turno, nas unidades de informação.

É evidente a importância da *mediação da informação*, que envolve elementos como o centro de informação, profissionais especializados e usuários, formando uma interação entre esses três componentes. Essa tríade destaca a necessidade de uma construção social e interacionista, considerando a informação como um fenômeno transformador, capaz de suscitar novas questões e estimular a construção de novos conhecimentos (Silva, 2015).

A *mediação da informação* pode ser compreendida como um conjunto de ações intencionais e éticas realizadas por profissionais da informação com o objetivo de facilitar a interação entre os sujeitos e os recursos informacionais disponíveis. Trata-se de um processo dinâmico, que exige sensibilidade para identificar as demandas informacionais dos usuários, considerando seus contextos socioculturais, interesses e níveis de letramento informacional. Desse modo, a *mediação* ultrapassa a função meramente técnica de recuperar ou fornecer dados, assumindo uma dimensão formativa, educativa e social.

A melhoria no atendimento ao usuário é, nesse sentido, um desdobramento direto da *mediação* qualificada. Isso implica, por um lado, o desenvolvimento de competências por parte dos profissionais da informação para compreender e mapear as necessidades dos diferentes públicos; por outro, requer a adoção de metodologias centradas no usuário, que valorizem o diálogo, a escuta ativa e o respeito às diversidades. A *mediação* deve, portanto, buscar não apenas a

satisfação da demanda imediata, mas também contribuir para o conhecimento informacional e a formação crítica dos sujeitos.

Dessa forma, a *mediação da informação* revela-se como um elemento estratégico para as instituições que lidam com a organização, o acesso e a disseminação do conhecimento, como bibliotecas, centros de documentação e arquivos. Ao articular recursos técnicos e competências sociais, a *mediação* torna-se um instrumento fundamental para a promoção da inclusão informacional, da cidadania e da equidade no acesso ao saber.

A *mediação da informação* permite que o profissional bibliotecário se conecte de maneira mais profunda com a comunidade, aprimorando suas técnicas e criando um ambiente propício para receber os usuários e mediar o acesso ao conhecimento.

Sendo o ato de Mediação da Informação toda ação de interferência com o objetivo de interfacear a relação usuário/informação integrada à comunidade usuária, essa ação se dá tanto na formação do homem formador de sua cultura como no homem produto dessa formação. Em outras palavras, a Mediação da Informação se constitui como um processo de fluxo e refluxo dos processos culturais, de maneira a contribuir com a fixação do adquirido, bem como potencializando ações transformadoras. (Sanchez; Do Rio, 2010, p. 112).

Por um longo período, a ação mediadora esteve centrada na disponibilização de informações armazenadas em unidades de informação e na intermediação entre o indivíduo e essas informações para atender às suas necessidades informativas. Contudo, essas necessidades evoluíram ao longo do tempo. Dada a natureza histórica e social desse processo, é compreensível que a *mediação da informação* precise se adaptar às mudanças no cenário informacional, já que essas transformações refletem os comportamentos das pessoas que buscam, consomem e produzem informações, influenciando diretamente a forma como a informação é mediada (Brandão; Borges, 2022).

A *mediação da informação* desempenha um papel crucial nas questões sociais contemporâneas. Em um mundo saturado de informações e marcado pela crescente complexidade dos problemas sociais, a capacidade de filtrar, contextualizar e tornar acessíveis as informações relevantes torna-se essencial. Ela não apenas auxilia as pessoas a encontrar e compreender informações cruciais para a tomada de decisões, mas também exerce uma função vital na promoção da inclusão digital e no combate à desigualdade de acesso à informação. Além disso, pode ser uma ferramenta poderosa para conscientizar a sociedade sobre questões sociais importantes, ao destacar diversas perspectivas e proporcionar um espaço para o diálogo construtivo. Em suma, a *mediação da informação* é um componente-chave para enfrentar e resolver muitos dos desafios sociais atuais.

Nesse contexto, torna-se crucial considerar não apenas como a informação é transmitida, mas também como ela é recebida, pois, para que a *mediação* seja eficaz, é necessário que o agente mediador esteja qualificado para essa função. Somente assim a informação pode ser relevante e transformadora para ambas as partes.

O processo de construção social da *mediação* tem início em um contexto eminentemente prático, baseado nas relações materiais e sociais. A *mediação*, a partir dessas relações, contribui para a construção da consciência do indivíduo, permitindo-lhe questionar certezas e reconstruir conhecimentos (Silva, 2015). Para isso, é fundamental que exista uma conexão entre a comunidade e o bibliotecário, que pode se concretizar não apenas por meio da *mediação informacional*, mas também pela *mediação cultural*, definida como uma forma de construção e representação dos processos sociais e artísticos. Por meio do diálogo com indivíduos e grupos, a *mediação cultural* busca promover significados e dar sentido à realidade humana.

Se considerarmos que os sujeitos, na condição de seres individuais e coletivos, estabelecem conexões com elementos culturais que lhes propiciam a interpretação e construção da realidade, e se entendermos que tais conexões se dão a partir da apropriação da informação dos elementos simbólicos por meio de processos de mediação (seja direta ou indireta), é possível concebermos a noção de “mediação cultural da informação”, de forma ampla, como um processo para aproximação e interlocução das diferentes formas culturais de compreensão dos fenômenos informacionais existentes nas sociedades. Ou seja, a mediação cultural da informação, ainda que estabeleça interlocução tanto à mediação da informação quanto à mediação cultural, se diferencia ao englobar e propiciar compreensões interculturais dos fenômenos inseridos na lógica dos processos das relações informacionais/culturais que circundam os sujeitos, para além somente de um contato stricto com a informação ou objeto cultural. (Bezerra; Cavalcante, 2020, p. 6).

A *mediação cultural* se manifesta por meio de um conjunto de atividades concebidas e desenvolvidas coletiva e dialogicamente (Silva, 2015). Conforme Rasteli e Cavalcante (2014, p. 47):

O processo da mediação cultural pressupõe relações de construção de sentidos quando a informação é transformada em conhecimento e o produto cultural em bem cultural. Tais ações de mediação são necessárias no contexto dos equipamentos culturais como as bibliotecas, para que a informação possa ser preservada e circule socialmente, adquirindo sentido social. Assim, o sujeito não é apenas um mero decodificador dos conteúdos das obras mediadas pelo mediador, mas também produtor de significados. Portanto, questões que envolvem a comunicação são deslocadas para a cultura; para o processo de produção de significados; para os espaços onde existem as experiências dos sujeitos que resultam em produção e troca de sentidos.

A *mediação cultural* desempenha um papel crucial nas questões sociais, funcionando como uma ponte entre diferentes culturas, perspectivas e identidades. Em um mundo marcado pela diversidade, ela facilita a compreensão mútua, preserva as identidades culturais e promove o respeito e a inclusão. Ao facilitar o diálogo intercultural, a *mediação cultural* contribui para a construção de sociedades mais tolerantes e diversificadas. Além disso, é fundamental na sensibilização e educação sobre questões sociais, proporcionando contextos culturais e históricos que ajudam a entender melhor os desafios enfrentados pelas comunidades. Assim, a *mediação cultural* não apenas enriquece a sociedade culturalmente, mas também desempenha um papel importante na construção de uma sociedade rica em conhecimentos não só **didáticos, mas também simbólicos e culturais**, tornando-se uma ferramenta essencial para promover a justiça social e a coesão em uma

sociedade diversificada.

As demandas informacionais adquirem significado e possibilitam a construção do conhecimento quando estão presentes dispositivos culturais. Esse processo vai além da mera aquisição de informações, envolvendo a produção e a participação ativa da comunidade. Os indivíduos deixam de ser observadores passivos para se tornarem participantes ativos nos processos de *mediação* (Rasteli; Cavalcante, 2014).

A *mediação cultural* utiliza elementos culturais, como livros, para gerar conhecimento sociocultural. Um dos ambientes mais propícios para isso é a biblioteca, que serve como um espaço de diálogo entre o bibliotecário e a comunidade, permitindo que o conhecimento cultural seja mediado. Essa prática visa superar barreiras linguísticas, sociais e históricas, promovendo a troca de informações, valores e expressões culturais. Os mediadores culturais desempenham um papel essencial nesse processo, atuando como facilitadores e intérpretes entre as culturas envolvidas. Eles ajudam a contextualizar práticas, costumes e crenças, criando um ambiente propício para a comunicação e a colaboração.

A *mediação cultural* é particularmente relevante em contextos de diversidade étnica, linguística ou cultural, como em comunidades multiculturais, instituições educacionais e setores de serviços sociais. Ao criar pontes entre diferentes grupos, ela contribui para a construção de sociedades mais inclusivas, nas quais a riqueza das diversas culturas é reconhecida, respeitada e celebrada.

Ao explorar os fundamentos e conceitos dessas formas de *mediação*, é possível compreender melhor como elas contribuem para a promoção da inclusão, o fortalecimento da participação cidadã e o desenvolvimento de uma sociedade mais informada, plural e culturalmente rica.

4.1 A FUNÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR E SEU PAPEL SOCIAL

O papel do bibliotecário na sociedade contemporânea é profundamente moldado pelo contexto histórico da profissão. Ao longo dos séculos, os bibliotecários evoluíram de meros guardiões de manuscritos e livros para desempenhar um papel cada vez mais dinâmico e diverso na sociedade. No início, a principal função dos bibliotecários era preservar e organizar o conhecimento acumulado, tornando-o acessível a poucos privilegiados. No entanto, à medida que a informação se disseminou e se tornou mais democrática, o papel do bibliotecário se expandiu.

Por séculos, as práticas bibliotecárias estiveram limitadas a uma ideia de que havia neutralidade envolvendo as técnicas e os dispositivos aplicados em bibliotecas e serviços de informação. Essa perspectiva sustentou a crença de que os sistemas informacionais contemporâneos operariam de forma objetiva e imparcial, isentos de qualquer influência social, cultural ou ideológica (Silva; Lima, 2018).

No entanto, estudos mais recentes têm apontado que essa suposta neutralidade pode mascarar processos de exclusão e invisibilização. As escolhas envolvidas na seleção, organização e representação da informação refletem construções sociais específicas, que, muitas vezes, privilegiam determinados grupos em detrimento de outros.

Assim, é possível observar que os sistemas de classificação, indexação e catalogação, por exemplo, são moldados por contextos históricos e culturais que influenciam diretamente a forma como o conhecimento é estruturado e acessado. Tais práticas, embora técnicas, não estão completamente dissociadas das dinâmicas sociais, podendo contribuir, ainda que de forma não intencional, para o reforço de desigualdades e apagamentos simbólicos.

Diante desse cenário, tem-se ampliado o debate sobre a importância de refletir criticamente sobre os fundamentos da Biblioteconomia e sobre a necessidade de adotar abordagens mais inclusivas e sensíveis à diversidade social e cultural. A compreensão do papel social da biblioteca e do bibliotecário torna-se essencial para a promoção de ambientes informacionais mais democráticos, equitativos e representativos.

Embora os(as) bibliotecários(as) tenham um papel importante na construção do conhecimento por meio das fontes de informação, existe ainda uma grande escassez de materiais bibliográficos referentes aos negros — tais como sua história, origem e cultura no Brasil —, pois é apresentado nesses espaços informacionais um contexto diferente do que é pregado. Neles, as ações e atuações, que muitas vezes dominam o espaço, possuem uma representação hegemônica, de base eurocêntrica, diante do acervo informacional (Silva; Lima, 2018).

Entretanto, como enfatiza o manifesto da IFLA (2019), as bibliotecas são as instituições primárias em qualquer sociedade para a preservação e o acesso à cultura e à informação, tendo como um dos papéis principais garantir que todos tenham a possibilidade de se beneficiar delas e, assim, realizar seus direitos culturais. As bibliotecas ocupam uma posição central na sociedade, sendo reconhecidas como instituições fundamentais para a preservação e o acesso à cultura e à informação. Nesse sentido, seu papel vai além da guarda de acervos, funcionando como espaços de promoção do conhecimento, do diálogo e da inclusão

social.

O documento destaca que cabe às bibliotecas assegurar que todas as pessoas tenham a oportunidade de usufruir desses recursos informacionais e culturais, contribuindo, assim, para o exercício pleno dos direitos culturais. Isso implica oferecer serviços acessíveis, representativos da diversidade cultural e que estejam alinhados com os princípios de equidade e justiça social.

Ao garantir o acesso à informação e à cultura, as bibliotecas colaboram diretamente para o fortalecimento da cidadania e para o desenvolvimento individual e coletivo. Dessa forma, o manifesto reforça a importância dessas instituições como agentes ativos na promoção da democracia e na construção de sociedades mais informadas, inclusivas e participativas.

Por conseguinte, ao reconhecer a responsabilidade social dos(as) bibliotecários(as) enquanto disseminadores da informação — e levando em conta o caráter social da profissão, que viabiliza os direitos de acesso à cultura e à informação —, trazer o multiculturalismo e a Biblioteconomia para um mesmo âmbito é buscar fortalecer uma relação que deve ser profundamente discutida por todos(as) os(as) bibliotecários(as) que atuam em bibliotecas, sejam elas comunitárias, escolares, universitárias, especializadas ou públicas. Principalmente no atual contexto sociopolítico brasileiro, no qual o número de afrodescendentes supera o da população branca, esse debate torna-se ainda mais urgente.

Desse modo, o papel que o profissional bibliotecário exercia foi se aprimorando. Atualmente, o bibliotecário desempenha uma função fundamental na sociedade contemporânea, atuando como um facilitador do acesso à informação e promotor da cultura e do conhecimento.

Com a expansão e a democratização do acesso às informações em diferentes formatos, o papel do bibliotecário vai além do fazer organizacional e da disponibilização dos recursos informacionais. Ele se torna um mediador entre o usuário e as fontes de informação, desempenhando um papel crucial na orientação, seleção e interpretação das informações disponíveis. Além disso, o bibliotecário assume também a responsabilidade de preservar o patrimônio cultural, promover a inclusão e a diversidade, e contribuir para o desenvolvimento educacional e intelectual da comunidade atendida.

Como salienta Pires (2012, p. 2):

Um dos desafios dos bibliotecários na atualidade se diz respeito ao papel que ele deve assumir como agente transformador com o seu enfoque informacional e conseqüentemente com as mudanças ocorridas na

sociedade. A representatividade do profissional da informação nesse contexto salienta como o mesmo pode atuar de forma promissora agindo como agente educacional de transformação, onde ele assume a competência informacional, adotando e disseminando práticas transformadoras na sociedade.

A partir das crescentes demandas da sociedade da informação, os bibliotecários precisam ter não apenas conhecimentos técnicos e operacionais, mas também devem ser profissionais capacitados, criativos, inovadores e, acima de tudo, críticos e conscientes de seu papel na construção da sociedade (Almeida; Farias; Farias, 2020).

O bibliotecário desempenha um papel fundamental como mediador da informação, exercendo uma função social crucial na disseminação do conhecimento. Além de gerenciar e organizar os recursos informacionais, o bibliotecário atua como um facilitador na interação entre usuários e fontes de informação. Sua expertise vai além da catalogação e classificação, abrangendo a compreensão das necessidades individuais e coletivas dos usuários. Ao oferecer orientação personalizada, os bibliotecários ajudam na identificação e no acesso a materiais relevantes, promovendo a alfabetização informacional e capacitando os usuários a avaliar criticamente a qualidade das fontes.

Pires (2012, p. 3) afirma que

Os bibliotecários podem contribuir, ajudando na formação do intelectual do leitor, promovendo o hábito da leitura e incentivando a cultura, visando informar e educar o usuário no uso da informação, facilitando o processo de construção do conhecimento uma vez que esse se dá pela função da disseminação da informação e dando condições de autonomia ao consulente capacitando, orientando quando ao uso da informação, usando também os produtos e serviços da biblioteca, pois, esta tem a informação como seu objeto de trabalho e que são de suma importância para o aprendizado.

A responsabilidade principal nesse processo é atribuída ao bibliotecário. Isso ocorre por meio do seu exemplo, como um profissional que não só possui habilidades técnicas de alto nível, mas também desempenha um papel político, sensível às constantes transformações sociais. Além disso, ele exerce uma função importante como educador, uma vez que a biblioteca é uma instituição fundamentalmente educativa, independentemente de sua natureza (Neves, 1986).

Desse modo, os bibliotecários também atuam como mediadores culturais e sociais, promovendo a diversidade e a inclusão nas bibliotecas. Eles se esforçam para criar espaços acolhedores e inclusivos, que reflitam as necessidades e interesses da comunidade, oferecendo programas e serviços que atendam a diversos grupos sociais.

O gestor da informação deve trabalhar com o objetivo de propiciar a geração de conhecimentos, criando oportunidades e mostrar caminhos para que os usuários sejam preparados para produzirem novas contribuições científicas para a sociedade, por meio dessas atividades, o bibliotecário desenvolve competências que irão corresponder à sua contribuição para a transformação social. (Pires, 2012, p. 10).

No agente cultural bibliotecário, não é necessário que ele seja uma pessoa com várias especializações, habilidades e qualidades excepcionais. O que se espera é um profissional versátil, com uma visão ampla da cultura, alguém que possua uma consciência aguçada dos valores culturais e, acima de tudo, um compromisso social com a profissão (Lindeman, 2014).

Cunha (2003, p. 44) apresenta algumas premissas do fazer bibliotecário, tais como:

- Se as necessidades de informação dos cidadãos numa biblioteca pública são atendidas isto reflete-se, via de regra, na conquista de direitos básicos de cidadania;
- Se os pesquisadores têm suas necessidades de informação atendidas, isto reflete-se no progresso científico do país;
- O atendimento eficaz de alunos de escolas primárias por parte dos bibliotecários pode vir a despertar o gosto pela leitura, o prazer pelo estudo e a curiosidade por novas descobertas;
- A participação de bibliotecários na definição de políticas nacionais de informação, de projetos nacionais como o Programa Sociedade da Informação pode fazer diferença.

O *bibliotecário mediador* desempenha um papel crucial na sociedade ao conectar pessoas com informações, conhecimento e cultura. Ele atua como um facilitador, para que o usuário possa ter acesso à informação desejada, selecionando recursos relevantes e fornecendo orientação. Além disso, o *bibliotecário mediador* promove a inclusão social, garantindo que todos, independentemente de sua origem socioeconômica ou nível de educação, tenham acesso igualitário à informação.

A *mediação* entre o usuário e o bibliotecário ocorre com o intuito de o profissional auxiliar na recuperação e de minimizar o tempo para a obtenção da informação, tendo como um dos objetivos melhorar o desempenho na recuperação da informação relevante para o uso do usuário, garantindo, assim, o propósito da *mediação* nos ambientes informacionais (Fachin, 2013).

O papel do bibliotecário como *mediador social* é fundamental na promoção do acesso ao conhecimento e na construção de uma sociedade informada. Ao atuar como mediador entre os recursos da biblioteca e as necessidades da sociedade, o bibliotecário exerce uma função relevante ao facilitar o acesso à informação, promover o conhecimento informacional e estimular o diálogo intelectual. O *bibliotecário como mediador social* contribui para fortalecer os laços dentro da sociedade, capacitando os indivíduos a se tornarem cidadãos informados e participativos em uma realidade em constante transformação.

Sendo assim, as funções desempenhadas pelo bibliotecário no contexto social atual são de grande importância, pois estão relacionadas à gestão e à disponibilização de serviços e produtos informacionais aos usuários, visando facilitar o uso apropriado das informações e, assim, satisfazer suas necessidades informativas (Pires, 2012).

Diante disso, são necessárias algumas reflexões sobre a temática racial e sobre de que maneira o profissional bibliotecário pode atuar no combate ao racismo, já que este não é apenas um “problema dos negros”, como a elite branca e a mídia tentam impor, mas sim uma questão social que afeta profundamente toda a sociedade brasileira — e que, fatalmente, impossibilita o avanço de um projeto de sociedade verdadeiramente democrática e igualitária, como apontam Silva e Lima (2018).

Assim, é de suma importância promover o debate sobre a ausência de representatividade de outras culturas na área da Biblioteconomia, para que não sejam reforçadas nem disseminadas práticas discriminatórias e formas de racismo velado, especialmente aquelas direcionadas à população negra.

4.1.1 O papel social do bibliotecário e a promoção do letramento racial

O *bibliotecário* ocupa um papel importante no acesso à informação e na formação de uma sociedade mais justa e equitativa. Seu papel vai além da organização e disponibilização de acervos — ele é considerado também um agente social, comprometido com a promoção da educação, da inclusão e da diversidade. Nesse contexto, a promoção do *letramento racial* emerge como uma responsabilidade essencial do bibliotecário, especialmente em uma sociedade marcada por desigualdades e preconceitos raciais.

Em um mundo cada vez mais interconectado, onde o conhecimento é uma ferramenta poderosa para a transformação social, o *bibliotecário* é muito mais do que um guardião de livros e recursos. Ele é um facilitador de diálogos, um educador e um defensor dos direitos humanos. Seu papel envolve a criação de um ambiente de aprendizado que acolha e respeite todas as vozes, independentemente de raça, etnia, gênero ou classe social.

É possível identificar que o perfil do bibliotecário como um todo se destaca pela abrangência na atuação de inúmeras áreas, como pesquisa, administração, planejamento, atendimento ao cliente, entre outros, e toma para si a função de desenvolver suas respectivas habilidades. Sendo assim, a profissão pede uma constante atualização de conhecimentos e, ao tratar sobre a responsabilidade do bibliotecário quanto à promoção do acesso à informação, não poderia ser diferente. (Lima; Gomes, 2024, p. 247).

Como *agente social*, o bibliotecário está comprometido com a promoção da educação, da inclusão e da diversidade. Ele não apenas assegura que o conhecimento esteja acessível, mas também que esse conhecimento represente a pluralidade de experiências e perspectivas existentes na sociedade. Isso é especialmente crucial em sociedades marcadas por desigualdades históricas, onde a informação muitas vezes foi utilizada como ferramenta de opressão ou exclusão.

O *bibliotecário* exerce um papel essencial e diversificado na sociedade atual, atuando desde a garantia do acesso à informação até a preservação do patrimônio cultural e o enfrentamento à desinformação. Sua atuação é fundamental para o fortalecimento de uma sociedade crítica, democrática e bem informada. Por meio de suas competências e atividades, **ele** contribui significativamente para o desenvolvimento do conhecimento humano e para a promoção do bem-estar das comunidades em que está inserido.

Nesse cenário, o *bibliotecário* deve estar consciente de seu poder de influenciar o

entendimento dos seus usuários e de sua responsabilidade em utilizar esse poder para promover a igualdade social.

Além de facilitar o acesso à informação, o bibliotecário também desempenha um papel importante na preservação do patrimônio cultural e histórico. Ao gerenciar coleções de documentos e materiais diversos, o bibliotecário contribui para a manutenção da memória coletiva e para a difusão do conhecimento acumulado ao longo do tempo. Isso não somente enriquece a experiência educacional e cultural das comunidades, como também fortalece a identidade e a coesão social. (Lima; Gomes, 2024, p. 252).

O *letramento racial* envolve a capacidade de reconhecer, compreender e questionar as estruturas de poder que sustentam o racismo. Para que uma sociedade possa evoluir em direção a uma maior equidade, é necessário que seus membros sejam educados sobre as realidades do racismo e sejam equipados para desafiá-lo. O *bibliotecário*, como um profissional mediador, está em uma posição única para liderar esse processo. Ele pode fazer isso não apenas por meio da seleção de materiais que abordem questões raciais de maneira crítica, mas também promovendo programas e iniciativas que incentivem a reflexão e o diálogo sobre esses temas.

Desse modo, observa-se também a construção da *Biblioteconomia Negra* no Brasil. Na década de 1960, a luta pelos direitos civis no país ganhou força à medida que os movimentos sociais e o movimento negro impulsionavam mudanças significativas na literatura negra brasileira. Como fruto desse contexto e em compromisso político-social com a escrita e a visibilidade do protagonismo negro na literatura e na dramaturgia, surgiram os *Cadernos Negros*. Iniciados em 1978 por um grupo de escritores afro-brasileiros, esses cadernos constituem uma expressão literária fundamental da resistência negra no Brasil. Eles representam um espaço essencial para a promoção da literatura negra, destacando a relevância da narrativa afrodescendente na construção da identidade cultural brasileira. Além disso, oferecem uma plataforma para que autores negros compartilhem suas vozes, experiências e perspectivas, desafiando estereótipos e enriquecendo a diversidade literária do país.

A revista *Quilombo* também desempenha um papel crucial na disseminação da cultura afro-brasileira. Fundada em 1978, a revista abrange temas que vão desde literatura e história até questões contemporâneas, proporcionando um espaço para o debate e a reflexão sobre a herança africana. *Quilombo* atua como um veículo importante para a preservação e promoção da cultura negra, destacando artistas, intelectuais e ativistas que moldaram — e continuam a moldar — a narrativa afro-brasileira.

O *Teatro Experimental do Negro* (TEN), por sua vez, foi uma companhia teatral

pioneira fundada por Abdias do Nascimento em 1944. O TEN desempenhou um papel fundamental na luta contra o racismo e na promoção da consciência negra no cenário teatral brasileiro. Suas produções buscavam desconstruir estereótipos e representações negativas, oferecendo uma visão mais autêntica e positiva da experiência afro-brasileira. O TEN foi uma força motriz na afirmação da identidade negra no teatro brasileiro, influenciando gerações subseqüentes de artistas e contribuindo para uma representação mais justa e inclusiva nas artes cênicas do país.

Outra criação considerada um marco é o livro *Para uma história do negro no Brasil*, de Clóvis Moura, lançado em 1988. Constitui-se como uma obra importante ao abordar a história da população negra no Brasil, tornando-se uma referência significativa para o estudo da história da diáspora africana no país. A obra analisa vários aspectos da experiência negra no Brasil, incluindo a escravidão, o racismo, a discriminação, a cultura afro-brasileira, a contribuição dos negros para a sociedade brasileira, a luta por direitos civis e a história política e social da população negra no país. Moura explora como a presença e a influência dos africanos e afrodescendentes moldaram a sociedade brasileira ao longo dos séculos.

Silva e Saldanha, em um de seus trabalhos, destacam sobre o livro:

[...] Encontramos como primeiro material bibliográfico sobre as populações de origem africana publicado pela Biblioteca Nacional o livro intitulado “Para uma história do negro no Brasil” lançado em 1988 (apud BIBLIOTECA NACIONAL, 1988). Com 64 páginas, essa obra aborda a escravidão no Brasil, o fim do tráfico negreiro, o movimento abolicionista e a busca de cidadania e igualdades pela população negra. A sua publicação foi possível por conta da Lei no 7.505/1986 (Lei Sarney) com recursos concedidos pela Fundação Nestlé de Cultura para a Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (Biblioteca Nacional, 1988 *apud* Silva; Saldanha, 2019, p. 14-15).

Em 2003, foi aprovada a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio do país. Criada no Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro — data da morte de Zumbi dos Palmares, um dos líderes da resistência negra no período da escravidão —, essa lei tem como principal finalidade combater o racismo e a discriminação racial, além de promover o respeito e a valorização da contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira.

Em 2008, a IFLA lançou o Manifesto da Biblioteca Multicultural que apresenta algumas diretrizes que orienta os profissionais que estão atuando nas bibliotecas a aprenderem a lidar com as diferentes culturas, etnias, raças, classe, gênero e nacionalidades dos seus usuários, ressaltando ainda a preocupação com a destruição deliberada do patrimônio e das bibliotecas que contêm acervos sobre essas pautas, e evidenciando que muitas das vezes motivação vem pelo desejo de fazer desaparecer diferentes culturas e formas de pensar, citando os ataques como a destruição da biblioteca da

Universidade de Mosul ou o incêndio da Biblioteca Pública de Jaffna, no Sri Lanka, e indaga sobre até que ponto as bibliotecas são um alvo para aqueles que são intolerantes a outras ideias e culturas. (Souza, 2022, p. 25).

Em 2010, foi criado no Brasil o *Estatuto da Igualdade Racial*, instituído pela Lei nº 12.288/2010, que representa um marco legal na promoção da igualdade e no combate à discriminação racial no país. Esse instrumento legislativo visa assegurar direitos e oportunidades equitativas para a população afrodescendente, reconhecendo a necessidade de ações afirmativas para superar desigualdades historicamente enraizadas. O Estatuto aborda diversas áreas, incluindo educação, saúde, trabalho e cultura, estabelecendo políticas públicas e mecanismos para a promoção da igualdade racial.

Em 2012, houve a criação da *Lei de Cotas* (Lei nº 12.711/2012), que estabelece a reserva de vagas em universidades públicas federais para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, de acordo com critérios raciais definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2015, foi instituída a *Década Internacional de Afrodescendentes*, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecida por meio da Resolução 68/237 da Assembleia Geral da ONU. A Década teve início em 2015 e se estende até 2024, sendo dedicada a promover o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento das pessoas de ascendência africana em todo o mundo.

Seus objetivos são:

- I. Reforçar a ação e a cooperação nacional, regional e internacional para garantir o pleno gozo dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e

políticos dos afrodescendentes, e sua participação plena e igual em todos os âmbitos da sociedade;

II. Promover maior conhecimento e respeito à diversidade da herança e cultura dos afrodescendentes e de sua contribuição ao desenvolvimento das sociedades;

III. Adotar e fortalecer os marcos jurídicos nacionais, regionais e internacionais, de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, e assegurar a sua plena e efetiva implementação. (Brasil, 2018).

No ano de 2016, Dandara Baçã, uma bibliotecária negra, realizou uma petição intitulada “Presidência do CFB e CRBs: Criação da Comissão de Equidade de Raça e Gênero no âmbito CFB/CRB”, com o principal objetivo de reivindicar uma *Comissão de Equidade de Raça e Gênero* para a atuação bibliotecária em prol da inserção das questões étnico-raciais nos CFB/CRB (Silva; Saldanha, 2019).

Em 2017, houve a publicação do *Repertório Bibliográfico Sobre a Condição do Negro no Brasil*, coordenado pelo bibliotecário negro Raphael Cavalcante e pela psicóloga Clarissa Estrêla, e publicado pela Câmara dos Deputados do governo federal. O intuito desse documento foi contribuir para a celebração do Dia da Consciência Negra de 2017, contando com a união do Comitê Gestor do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e da Biblioteca da Câmara dos Deputados para a elaboração da obra (Silva; Saldanha, 2019).

Observa-se que a criação de obras, projetos e eventos que abordem o racismo, a desigualdade, a cultura e a história do povo negro tem crescido e se mostrado essencial. As produções publicadas possuem grande valor para a disseminação de informações sobre essa temática. Elas são bem elaboradas e trazem conhecimentos relevantes sobre a cultura, a história e as desigualdades sofridas por africanos e afro-brasileiros.

No geral, existem três livros que chamam bastante atenção e colaboram para essa disseminação na área da Biblioteconomia. O primeiro deles é da autora Franciele Cardoso, publicado em 20 de julho de 2021 pela Editora CRV, com o título *O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra*. A obra aborda a biblioteca pública, sua história e missão como um espaço de informação, ressaltando que esses ambientes ainda são, majoritariamente,

organizados para atender à elite branca. Isso sugere a necessidade urgente de rever a questão da desigualdade nesses espaços, pois, como foi abordado anteriormente, o Brasil possui uma grande dívida com a população afro-brasileira. Para reverter esse quadro, um dos caminhos possíveis está nas bibliotecas, por meio de coleções mais representativas e projetos voltados à disseminação de informações em prol da igualdade racial.

Outro livro é dos autores Danielle Barroso, Elisângela Gomes, Erinaldo Dias Valério, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima, publicado em 2019, pela editora Ltda, com o título *Epistemologias negras e subtítulo Relações raciais na Biblioteconomia*. Essa obra apresenta muitas vivências sobre as resistências vividas pelos graduandos negros em um ambiente hegemonicamente branco. Discute as mudanças necessárias no ensino e nas práticas dos profissionais bibliotecários, reforçando que deveria existir mais ações que possam contribuir com o antirracismo.

O terceiro livro, intitulado *Bibliotecári@s Negr@s: Ação, pesquisa e atuação política* e organizado por Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Graziela dos Santos Lima, foi publicado em 2018, pela editora ACB. Nele, diversos autores e coautores, com diferentes pontos de vistas, expõem informações, pesquisas e ações para colaborar com a luta e o enfrentamento do racismo não só nos espaços das bibliotecas, mas em todos os espaços educacionais.

Existe também alguns eventos que tratam e discutem essa temática, como, por exemplo, o Encontro Nacional de Bibliotecárias/os Negras/os e Antirracista (ENBNA), que tem como finalidade abrir espaço para discussões, criar proposição e intensificar a luta pela promoção da profissão bibliotecária e pela valorização dos(as) bibliotecários(as) negros(as) e antirracistas. Em sua primeira edição, que ocorreu na Universidade de Santa Catarina, entre os dias 08 e 09 de julho de 2019, teve como tema *O protagonismo de Bibliotecárias/os negras/os na Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Nos dias 26 e 28 de agosto de 2021, aconteceu remotamente a segunda edição do evento juntamente com o I Encontro Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas (I EIBNA), com o tema *Os desafios de bibliotecárias(os) negras(os) e antirracistas para a construção de uma sociedade antirracista, emancipada e comprometida com a diversidade*.

Existem também organizações com foco no movimento negro na Biblioteconomia, como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), que tem como algumas de suas

missões: defender e incentivar o desenvolvimento da profissão, atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas correlatas brasileiras; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais, sendo promovidas ações, eventos e cursos, para que possa existir um espaço reservado para reunir e disseminar informações sobre ações relativas às Campanhas, Grupos de Trabalho e Comissões que são compostos a partir das indicações das Associações filiadas e convidados associados que tem o intuito de trabalhar para ajudar no fortalecimento do movimento associativo, e cada grupo possui seu próprio espaço para divulgar seus trabalhos.

Na FEBAB, existe um grupo de trabalho em especial, que é o GT-RERAD (Grupo de Trabalho de Relações Étnico-raciais e Decolonialidades), cujo intuito é colaborar para a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, nº 11.645/2008, do Parecer CNE 03/2004 com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, tendo como objetivo discutir e realizar ações a favor da diversidade étnico-racial, da emancipação de povos em vulnerabilidade econômica, social e educacional por intermédio do acesso à informação e às bibliotecas, buscando refletir sobre a descolonização do ensino e prática em Biblioteconomia em solo brasileiro.

Esse GT trabalha oferecendo suporte técnico e pedagógico a bibliotecários(as), gestores, docentes e estudantes do curso de Biblioteconomia para a implementação de tais discussões, tanto no âmbito da biblioteca quanto da formação profissional, tornando como público-alvo bibliotecários(as), associados ou não, estudantes e docentes do curso de Biblioteconomia, Ciência da Informação e demais profissionais da área da informação, promovendo atividades como leituras antirracistas, dicas bibliográficas, eventos, entre outros. São cinco os seus objetivos (FEBAB, 2022):

- 1- Elaboração de materiais didáticos: com foco na bibliografia étnico-racial, antirracista e decolonial para a Biblioteconomia, para estudo e para indicações para diferentes ambientes informacionais (tipologias de bibliotecas);
- 2- Formação: a partir de cursos, palestras e eventos sobre a temática;
- 3- Aplicação de estudos e ações regionais: avaliações e coleta de dados sobre características e conhecimentos a respeito de bibliotecários(as), estudantes e docentes, em nível regional e

nacional, enfatizando ações

conjuntas com associações de bibliotecários(as), escolas de Biblioteconomia e grupos locais, para a realização de diferentes estudos e ações a respeito da temática racial;

- 4- Estabelecimento de redes de profissionais: tanto para estudo como para ação em prol da promoção de diversidade étnico-racial, decolonização, práticas antirracistas, bem como para fortalecimento do movimento associativo;
- 5- Intervenção social: apoio a profissionais dos grupos em vulnerabilidade econômica, social e educacional, para que conheçam e valorizem sua história, sua cultura, seu fazer e seu ser, ressignificando o complexo processo de dominação vigente, resultante da colonialidade do poder, saber e ser.

O GT-RERAD também possui a intenção de seguir o Plano de Ação criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que implementou a Década Internacional de Afrodescendentes (Resolução 68/237). O Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes, desenvolvido pela ONU juntamente com o Governo Federal do Brasil, em 2015, declararam o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes (Resolução 68/237), sendo reforçada a necessidade de cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade. Será implementado em três níveis: nacional, regional e internacional, tendo como principais objetivos:

- Promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e as liberdades que são de direito das pessoas afrodescendentes, sendo reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Promover um maior conhecimento e respeito pelo patrimônio diversificado, da cultura e da contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades;
- Adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais levando em consideração a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

Racial, assegurando assim a sua plena e efetiva implementação.
(ONU, 2015).

Partindo do pressuposto de que a Biblioteconomia, enquanto ciência, deve disponibilizar teorias e estudos que abordem o processo histórico da população negra na sociedade brasileira, é necessário reconhecer o silenciamento desse grupo ao longo da construção epistemológica da área. A partir desse reconhecimento, torna-se possível promover as devidas reparações político-sociais, tão almejadas pelos diversos grupos étnicos no Brasil (Cardoso; Pinto, 2018).

Uma biblioteca deve ser um lugar de conhecimento, por isso tem fundamental importância para uma nova construção da identidade negra. Esse processo se dará por meio da formação de profissionais bibliotecários que estejam dispostos a buscar a construção de um ponto de vista crítico, trazendo discussões para questões ligadas à sociedade, sua diversidade populacional e as demandas informacionais de todos os grupos que a compõem, pois uma biblioteca possui o dever de ajudar na transformação de pensamentos aliado a todos os movimentos contra a exclusão social, promovendo, através de acervos e serviços disponibilizados, o fortalecimento cultural da população afrobrasileira.

Desta forma, o papel do(a) bibliotecário(a) vai muito além da parte técnica da profissão. Ele é um agente de mudança, comprometido com a criação de um mundo onde a informação é utilizada para construir pontes, promover a justiça e capacitar todas as pessoas, especialmente aquelas que enfrentam as maiores barreiras à equidade. Em uma sociedade onde as desigualdades e preconceitos raciais ainda são prevalentes, o(a) bibliotecário(a) tem a responsabilidade e a oportunidade de ser um mediador na promoção de letramentos sociais críticos e, por extensão, na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Especialmente no que diz respeito à promoção do letramento racial, a função do(a) bibliotecário(a) se mostra multifacetada e de grande relevância. Para além da organização e disponibilização de acervos, esse(a) profissional atua como mediador(a) do acesso à informação qualificada, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a valorização da diversidade étnico-racial nos espaços informacionais. Ao preservar o patrimônio cultural de comunidades historicamente marginalizadas e combater a desinformação, os(as) bibliotecários(as) fortalecem a construção de uma sociedade mais crítica, democrática e antirracista. Suas práticas e saberes são fundamentais para a promoção da equidade racial e do reconhecimento das identidades plurais que compõem o tecido social.

5 METODOLOGIA

Considera-se o método científico como sendo um dispositivo ordenado. Conforme Santos e Parra Filho (2012), através de um conjunto de procedimentos sistemáticos, o pesquisador pode aplicá-lo para obter o conhecimento adequado do problema que se propõe resolver.

Toda investigação nasce da observação cuidadosa de fatos que necessitam de uma maior explicação. Essa é imaginada através da hipótese. Em seguida, procura-se verificar a veracidade da solução sugerida. Nas ciências experimentais, isso é feito por meio de ensaios e experiências; nas ciências humanas, é feito através de demonstrações racionais e lógicas por meio da argumentação. Descoberta a explicação do fato, achada a relação da causalidade entre os fenômenos ou sua coexistência, ou, ainda, sua finalidade, forma-se a lei. É tarefa da indução: aplicar a relação necessária descoberta a casos não observados da mesma espécie. (Santos; Parra Filho, 2012, p. 4).

A pesquisa científica, como é sabido, busca soluções para os problemas por meio dos procedimentos do método científico. Nesse contexto, os problemas identificados orientaram a tarefa de reunir os documentos e materiais essenciais para a pesquisa. Antes de iniciar a investigação, com leitura aprofundada e elaboração de apontamentos, foi necessário garantir que todos os documentos relevantes fossem devidamente identificados. Durante esse levantamento, foi priorizado o uso de documentos-fonte, considerados originais ou primários, em relação aos secundários, que são derivados ou relacionados aos trabalhos sobre os originais (Santos; Parra Filho, 2012).

A pesquisa em questão é de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica permitiu ao pesquisador entrar em contato direto com as produções existentes sobre o tema, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e outros documentos acadêmicos e institucionais. Conforme explicam Oliveira, Ponte e Barbosa (2006, p. 6), é por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador tem acesso a tudo o que foi publicado, dito ou mesmo filmado sobre determinado conteúdo, inclusive conferências seguidas de debates. Neste estudo, foi explorado o referencial teórico da Ciência da Informação, abordando os temas Biblioteconomia Antirracista, Letramento Racial, Mediação da Informação e Mediação Cultural. A

revisão bibliográfica foi sistematizada, com o objetivo de identificar as principais abordagens existentes e as lacunas nos estudos.

A pesquisa também tem uma abordagem exploratória, focando no problema de pesquisa, com a intenção de torná-lo mais explícito ou de construir novas hipóteses.

Como afirmam Oliveira, Ponte e Barbosa (2006, p. 5), o objetivo principal das pesquisas exploratórias é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de novas intuições. Por isso, essa pesquisa adotou uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa, realizando buscas sobre conceitos, abordagens e aplicações, proporcionando um panorama amplo das inter-relações entre os temas investigados.

Quanto à parte descritiva, a pesquisa se concentrou em um estudo observacional, com a análise e comparação de variáveis relacionadas ao fenômeno ou processo em questão. Segundo Nunes, Nascimento e Alencar (2016), o objetivo da pesquisa descritiva é identificar, registrar e analisar as características ou variáveis, oferecendo novas perspectivas sobre uma realidade já conhecida. A pesquisa procurou descrever a relevância do estudo sobre a questão do negro e do racismo no Brasil, explorando como o bibliotecário pode desempenhar seu papel social por meio da Mediação da Informação e Cultural. Além disso, a pesquisa abordou a importância do letramento racial e da construção de uma Biblioteconomia antirracista, destacando as estratégias de enfrentamento do racismo estrutural nos espaços informacionais.

Na coleta e análise de dados, foram adotadas técnicas de análise documental e revisão bibliográfica, visando ampliar a compreensão sobre as práticas de mediação cultural e letramento racial no contexto da Biblioteconomia. A abordagem foi predominantemente qualitativa, buscando compreender os discursos, percepções e práticas que permeiam o campo da informação e suas implicações sociais. No entanto, elementos quantitativos também foram considerados para mensurar o impacto das práticas bibliotecárias voltadas à promoção da diversidade e igualdade racial.

A instrumentalização da pesquisa se deu por meio das seguintes fases:

Fase 1: Diagnóstico e Preparação

- 1. Revisão Bibliográfica:** Foi feita uma revisão bibliográfica abrangente sobre a biblioteconomia antirracista, abordando tópicos como representatividade,

inclusão, história e contribuições dos profissionais negros na área. Incluindo também revisão bibliográfica sobre estudos étnico-raciais, letramento racial, racismo e autores negros onde foram feitas buscas por meio de palavras-chave como por exemplo: Racismo, Biblioteconomia antirracista, bibliotecário social, letramento racial, entre outros, nas bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e BRAPCI.

2. **Análise SWOT:** Foi feita uma análise SWOT da Biblioteca Central (BICEN) da UFS para compreender seu contexto interno e externo. Isso ajudou a identificar os pontos fortes a serem alavancados, as fraquezas a serem melhoradas, as oportunidades a serem exploradas e as ameaças a serem mitigadas em relação ao tema desta pesquisa.

Fase 2: Diagnóstico e Preparação

1. **Levantamento de Acervo:** Houve um levantamento do acervo da BICEN para identificar materiais relacionados à biblioteconomia antirracista, incluindo autores, obras e temas pertinentes.
2. **Análise de Políticas e Práticas Atuais:** Análise das políticas de aquisição, catalogação e divulgação da biblioteca, identificando possíveis lacunas na representatividade da biblioteconomia negra.
3. **Análise do Impacto da Biblioteconomia antirracista em outras instituições:** Exploração de casos de sucesso de instituições que promovam a diversidade na biblioteconomia e discussão sobre como a promoção da diversidade pode criar um ambiente acadêmico mais inclusivo e enriquecedor.

Fase 3: Desenvolvimento de Intervenções

1. **Desenvolvimento de Recomendações:** Com base nos dados coletados, foi desenvolvido um conjunto de recomendações práticas para melhorar a representatividade da biblioteconomia antirracista na BICEN. Foram sugeridas atividades para fomento ao letramento racial antirracista na biblioteca, como,

por exemplo, círculo de leitura com Obras de Autores Negros e Indígenas, oficina de Produção de textos antirracistas, cine debate, entre outras .

- 2. Criação de um Produto Significativo:** Criou-se uma cartilha de letramento racial antirracista que aborda a importância da diversidade étnico-racial nas bibliotecas e como implementar práticas inclusivas e equitativas.

- Cartilha para o letramento racial antirracista

Objetivo: Promover a conscientização e o combate ao racismo em unidades de informação, como as bibliotecas. A cartilha visa informar os leitores sobre o que é racismo, suas formas de manifestação e como enfrentá-lo de maneira eficaz e responsável.

- Organização dos conteúdos da Cartilha:

- 1 APRESENTAÇÃO
- 2 LETRAMENTO RACIAL PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
- 3 AS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
- 4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTIRRACISTA
- 5 ORGANIZAÇÕES DE COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL EM SERGIPE
- 6 INTELECTUAIS BRASILEIROS NEGROS E INDÍGENAS ATIVISTAS NA LUTA CONTRA O RACISMO
- 7 OBRAS DE INICIAÇÃO AO LETRAMENTO RACIAL
- 8 ATIVIDADES PARA O FOMENTO AO LETRAMENTO RACIAL ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECA
- 9 GLOSSÁRIO
- 10 REFERÊNCIAS

5.1 ESPAÇO DE INTERVENÇÃO DA PESQUISA

A intervenção proposta foi implementada na Biblioteca Central Dom Luciano José Cabral Duarte da UFS, com a anuência prévia da instituição. Criada pela Resolução nº 11/79/CONSU, que aprovou o Regimento em 7 de agosto de 1979, a biblioteca teve como objetivo o planejamento e a integração das bibliotecas da universidade, com a instalação definitiva no campus universitário em 1980. Localizada na Cidade Universitária “José Aloísio de Campos” em São Cristóvão, a BICEN é vinculada diretamente à Vice-Reitoria da UFS, sendo atualmente dirigida pela bibliotecária Selma da Silva Santos.

Sua missão central é gerenciar e disponibilizar informações tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral. Com um foco voltado à preservação e disseminação do conhecimento, a BICEN desempenha um papel fundamental na formação profissional, no incentivo à prática da pesquisa e no desenvolvimento da consciência social, sempre pautada por uma gestão de excelência, valorização dos colaboradores e estabelecendo parcerias estratégicas.

5.1.1 Diagnóstico

O Diagnóstico da BICEN foi desenvolvido por meio de observação e análise documental, seguindo uma abordagem embasada em conceitos consolidados. Sendo utilizada a ferramenta Matriz SWOT, que, conforme André e Cardoso (2006, p. 449), “consiste na identificação de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (do inglês, *strengths, weaknesses, opportunities and threats*)”. Essa ferramenta é reconhecida por analisar a situação do ambiente, considerando fatores internos e externos vinculados à organização, servindo como base para a formulação de um planejamento estratégico.

Conforme Maceron Filho, Araújo e Quinteiros (2014), o planejamento estratégico é realizado através da análise das informações disponíveis. A partir desse processo, são examinados todos os aspectos que delineiam a realidade externa e interna da organização, envolvendo a identificação da visão que abrange expectativas

e desejos da administração. Esse mapeamento é crucial para a elaboração do planejamento estratégico, permitindo uma abordagem fundamentada e alinhada com os objetivos institucionais.

Na análise externa, são avaliadas as ameaças e as oportunidades, e estudadas as maneiras de se tirar melhor proveito da situação, buscando-se entender o ambiente competitivo no qual a empresa está inserida, interligando-se os fatores internos e externos, trabalhando-se também a divisão da análise externa em ambiente direto que é o conjunto de fatores dos quais a empresa tem condições de identificar e avaliar o grau de influência recebido ou proporcionado, e o ambiente indireto como sendo um conjunto de fatores identificados pela empresa, mas que no momento não tem condições de medir o grau de influência entre as partes ou de avaliar.

Em relação à análise interna são verificados os pontos fortes, fracos e neutros da empresa, onde o ponto neutro é considerado como uma variável identificada, mas sem critérios de avaliação ou classificação entre ponto forte ou fraco. Somente uma empresa com estrutura organizacional bem definida pode atingir os objetivos de forma efetiva, sendo puxada pelas suas principais capacidades, sua estrutura organizacional e seu potencial, determinando a possibilidade de crescimento, devendo também a título de estabelecimento das ações da empresa no mercado, ser preparado um estudo de seus principais concorrentes. (Maceron Filho; Araújo; Quinteiros, 2014, p. 6).

Para desenvolver um planejamento coerente, torna-se imperativo analisar minuciosamente os pontos fortes e fracos do ambiente externo, compreendendo as competências e recursos disponíveis. A integração desses aspectos externos e internos contribui para a formulação de um conjunto de opções estratégicas, oferecendo possibilidades a serem exploradas, o que visa garantir uma visão abrangente e fundamentada para a tomada de decisões estratégicas.

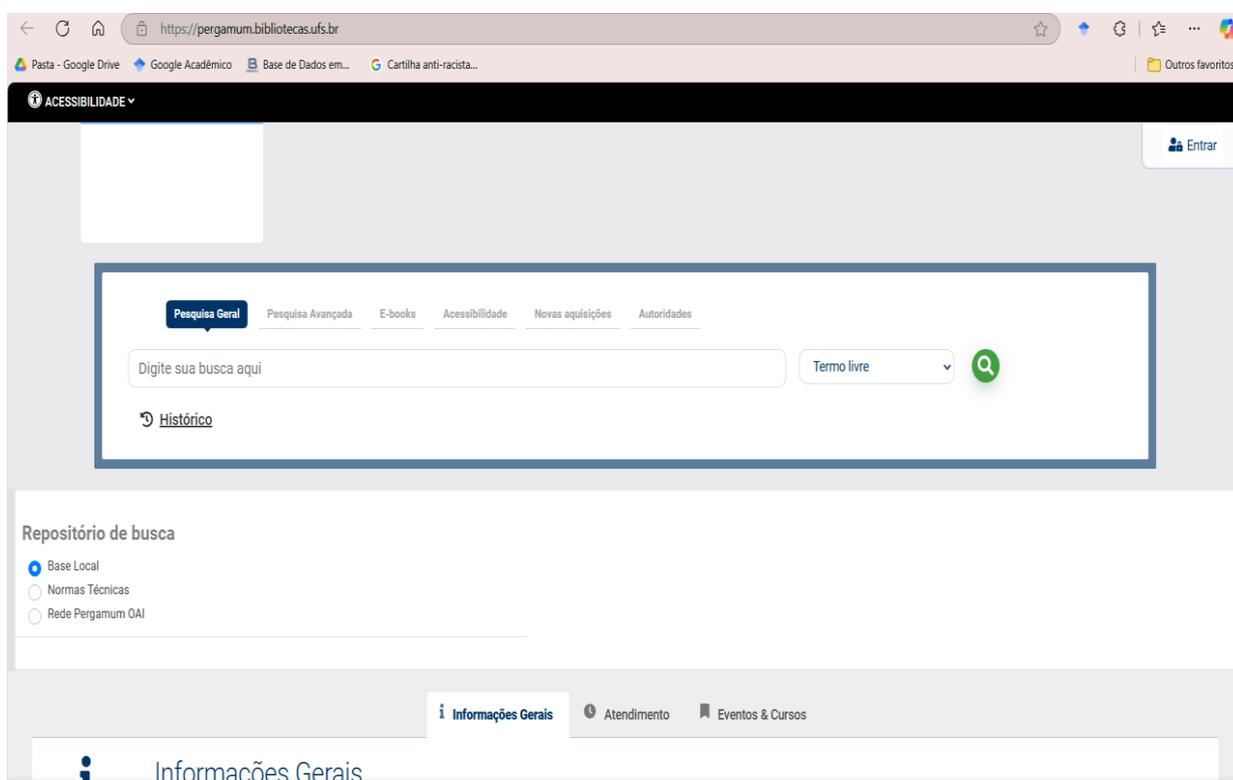
De acordo com o diagnóstico feito indica que o Sistema de Bibliotecas da UFS (SIBIUFS) possui pouca ou nenhuma participação dos bibliotecários em ações voltadas para questões étnico-raciais, o que dificulta a disseminação dessas informações nesses espaços. Apesar disso, reconhece-se que a inclusão de questões étnico-raciais nas bibliotecas universitárias pode contribuir significativamente para a conscientização e o letramento dos estudantes e da comunidade acadêmica, promovendo uma educação antirracista.

5.1.2 Ambiente social

Em 1995, a Biblioteca Central iniciou a automação de seus serviços com o SAB-II (Sistema de Automação de Bibliotecas), desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal de Santa Maria. Em 1999, a biblioteca adotou a nova versão do programa Bibliotech (Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas), e, em 2002, concluiu a conversão retrospectiva de seu acervo, oferecendo serviços de busca de informações através do catálogo online, além de empréstimos e renovações.

Em março de 2007, a biblioteca passou a integrar a rede Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas, criada em 1995 e com sede na cidade de Curitiba. Com abrangência nacional, o Pergamum, cuja titularidade dos direitos autorais pertence à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), funciona de maneira integrada, proporcionando maior agilidade no acesso à informação.

Figura 01- Página Inicial do Pergamum



Fonte: <https://pergamum.bibliotecas.ufs.br>, 2023.

No Pergamum encontra-se o acervo geral da BICEN, composto por cerca de 50.000 títulos, totalizando 149.767 exemplares. Seu acesso é disponibilizado a estudantes, professores e técnicos da UFS, com empréstimo de até cinco exemplares, cujos prazos são:

- Estudantes de graduação: 10 dias
- Estudantes de pós-graduação: 20 dias
- Professores: 30 dias
- Técnicos administrativos e demais servidores: 10 dias

A renovação dos materiais pode ser efetuada de forma presencial, diretamente no balcão de empréstimo, ou de maneira ágil e conveniente pelo sistema online. Basta acessar a opção "[Meu Pergamum](#)", inserir o número da matrícula e a senha da biblioteca. Vale destacar que o acervo está disponível para livre acesso.

O acervo geral é composto por:

- Acervo Braille
- Periódicos
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- Documentação Sergipana
- Obras raras
- Edições de luxo
- Documentação Oficial
- Vídeos

Além do acervo geral, a BICEN conta com um conteúdo digital, que possui:

- Tutoriais e guias de Apoio ao Pesquisador
- Base de Dados
- Repositório Institucional
- Normas ABNT
- E-Books
- Revistas da UFS
- Jornais de Sergipe digitalizados
- Tutoriais para acesso remoto
- End Note Web

- IBICT
- Portais
- Mecanismo Online para Referências- MORES (UFSC)

A BICEN disponibiliza também outros serviços, como:

- Nada consta
- Ficha catalográfica
- Acessibilidade
- Comut
- Visita orientada
- Treinamentos
- Sala multimídia
- Internet Wi-fi

A Biblioteca Central, a dispõe de recursos tecnológicos, uma equipe eficiente e capacitada, dividida entre os setores:

- Direção geral
- Secretaria de Apoio ao Leitor- DIALE
- Divisão de Processamento Técnico-DIPROT
- Espaço acessibilidade
- Setor de periódicos
- Aquisição
- Repositório Institucional- RIUFS

Ela conta com um acervo catalogado que, até o ano de 2022, apresentava o seguinte quantitativo de obras:

Quadro 01- Dados do acervo 2022

Tipo	Títulos	Exemplares
Livros	76.816	242.093
Folhetos	855	1.558
Periódicos	3.069	84.363
Dissertações	3.552	3.686
Teses	1.552	1.780
TCC- Graduação	2.782	3.248
TCCP- Pós-graduação	1.535	1.879
E-books	324.518	324.518

Fonte: Portal da UFS (2022). Disponível em: https://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/17246/Dados_do_Acervo_-_2022.pdf

A BICEN dispõe de um auditório e da *Galeria Jordão de Oliveira* como espaços próprios para a realização de eventos. Para utilizá-los, é necessário preencher o formulário de solicitação disponível no site do Portal da UFS e aguardar a confirmação por e-mail, ou entrar em contato pelo número (79) 3194-6529.

5.1.3 Matriz SWOT

Por meio da análise externa e interna da Biblioteca Central, foi possível identificar seus pontos fortes e fracos, conforme exposto a seguir. A partir dessa identificação, foi possível delinear oportunidades de melhoria e de intervenção no ambiente social da pesquisa.

Quadro 02- Análise SWOT

	FATORES INTERNOS	FATORES EXTERNOS
P O N T O S F O R T E S	<p>Forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Experiência prévia em atividades culturais; * Espaço físico adequado. 	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Parcerias institucionais; * Capacitação profissional.
P O N T O S F R A C O S	<p>Fraquezas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Baixa participação dos bibliotecários; * Ausência de políticas específicas. 	<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Resistência institucional; * Falta de recursos.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Forças:

- **Espaço físico adequado:** A Biblioteca Central da UFS dispõe de um espaço bem localizado e agradável, propício para a realização de atividades educativas e culturais.
- **Experiência prévia em atividades culturais:** A biblioteca já realizou rodas de leitura abordando temas como racismo e literatura brasileira, demonstrando capacidade de engajamento em questões sociais.

Fraquezas:

- **Baixa participação dos bibliotecários:** A falta de envolvimento dos profissionais da biblioteca em ações étnico-raciais limita a eficácia de iniciativas de letramento racial.
- **Ausência de políticas específicas:** Não há diretrizes claras ou programas estabelecidos na biblioteca para abordar o letramento racial de forma contínua.

Oportunidades:

- **Parcerias institucionais:** Colaborações com departamentos acadêmicos, como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), podem fortalecer as iniciativas de letramento racial.
- **Capacitação profissional:** Oficinas e workshops, como o "Workshop Práticas Antirracistas para Bibliotecas Universitárias", podem aprimorar as competências dos bibliotecários nesse tema.

Ameaças:

- **Resistência institucional:** Possíveis barreiras administrativas ou culturais podem dificultar a implementação de programas de letramento racial.
- **Falta de recursos:** Limitações orçamentárias podem restringir a realização de atividades e a aquisição de materiais relacionados ao tema.

Após uma minuciosa investigação no Portal, constatou-se a existência de apenas uma exposição identificada, promovida pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUMS), por meio da Biblioteca Central (BICEN). Essa exposição, intitulada "*Pensadoras Negras*", contou com o apoio do Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento (CNBN) e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). O evento foi realizado durante a Semana de Acolhimento 2019.1 e esteve acessível para visitação no hall da BICEN no período compreendido entre 29 de abril e 25 de maio de 2019.

Figura 02- Card da Exposição Pensadoras Negras

Exposição Pensadoras Negras

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFSS), através da Biblioteca Central (BICEN), com o apoio do Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento (CNBN) e da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), promove na Semana de Acolhimento, a exposição Pensadoras Negras.

A exposição tem o objetivo de levar ao conhecimento da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Sergipe, a existência de mulheres negras pensadoras e construtoras de saberes que movimentam e transformam o histórico de invisibilidade e esquecimento do protagonismo das mulheres negras, fruto do racismo estrutural.

Que essa exposição possa provocar inquietações, e incentivar a produção de pesquisas onde a mulher negra seja referência na construção do conhecimento através de sua escrevivência, que elas sejam discutidas, estudadas e referenciadas no meio acadêmico, e nas mais diversas áreas do saber, pois só dessa forma será possível superarmos o racismo e o sexismo ainda tão arraigados na sociedade brasileira.



Fonte: <https://bibliotecas.ufs.br/conteudo/63386-exposicao-pensadoras-negras>

No que se refere aos eventos, foram identificadas algumas iniciativas divulgadas no site do Portal, notadamente uma *Roda de Leitura* realizada na BICEN. O tema abordado foi “*Racismo e ‘raça’ na literatura brasileira*”, resultado de um projeto concebido por meio da parceria entre a direção da BICEN/SIBIUFSS (gestão 2018/2020) e o Departamento de Letras Vernáculas (DLEV/UFS – gestão 2019/2021).

O propósito subjacente a essa iniciativa foi fomentar o hábito da leitura, promover debates sobre temas relevantes, cultivar o apreço pelos livros e estimular a descoberta de novas experiências literárias e de autores contemporâneos.

Figura 03- Card da Roda de Leitura “Racismo e ‘Raça’ na Literatura Brasileira”

RODAS DE LEITURA
BICEN/SIBIUFS

**RACISMO E “RAÇA”
NA LITERATURA BRASILEIRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

MONTEIRO LOBATO
[18.04.1882- 04.07.1948]

CAROLINA MARIA DE JESUS
[14.03.1914 -13.02.1977]

MEDIADORAS:
MARIA ROSENEIDE SANTOS – PROFESSORA DE LITERATURA INFANTO-JUVENIL (DLEV/UFFS)
SELMA SANTOS – BIBLIOTECÁRIA, HISTORIADORA E DIRETORA DA BICEN/SIBIUFS
MEIRE MANSUET – DELEGADA DO DAGV

PARTICIPANTES:
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO (CODAP)

REALIZAÇÃO: BICEN/SIBIUFS **APOIO:** CODAP/UFFS, DLEV/UFFS

INSCRIÇÕES VIA SIGAA
DATA: 16.04.2019 HORÁRIO: 14:00 LOCAL: AUDITÓRIO DA BICEN/UFFS

Fonte: <https://bibliotecas.ufs.br/conteudo/63220-sibiufs-promove-roda-de-leitura-na-bicen>

Outro evento significativo ocorrido na BICEN foi a “10ª Mostra Cine Qua Non: o cinema francês discute o racismo”, uma iniciativa vinculada ao projeto PIBIX 2017 “Cine Qua Non: Culturas Hispânicas e Francófonas no Cinema”. Com o objetivo de promover uma reflexão profunda sobre o racismo e discutir sua abordagem no cinema francês, a mostra apresentou três filmes que exploram essa temática, desde o final da década de 1950 até 2016.

A seleção dos filmes permitiu uma análise historiográfica do conceito de racismo, explorando a construção e o uso da imagem do negro nas artes e na publicidade. Além disso, proporcionou uma reflexão crítica sobre os gêneros cinematográficos e suas particularidades diante da temática central da mostra.

O evento ocorreu no auditório da BICEN, com uma programação que ofereceu não apenas entretenimento, mas também uma oportunidade para a comunidade acadêmica refletir sobre questões sociais relevantes e contemporâneas¹:

- **03/04 (segunda-feira)**

"Eu, um negro" (1959, Jean Rouch), comentários do professor Wellington Júnio Costa (DLES)

- **04/04 (terça-feira)**

"Vênus Negra" (2010, Abdellatif Kechiche), comentários do professor Carlos Franco Liberato de Sousa (DHI)

- **05/04 (quarta-feira)**

"Chocolate" (2016, Roschdy Zem), comentários da atriz Thaty Meneses.

Neste ano, também foi realizado um importante evento sobre a temática étnico-racial. Em parceria com o Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª Região, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) promoveu, no dia 13 de março, o evento *"Igualdade racial nas bibliotecas: diálogos sobre povos negros, originários e tradicionais em equipamentos culturais"*, em celebração ao Dia do Bibliotecário. O encontro, que ocorreu no auditório da Biblioteca Central (BICEN/UFS), contou com uma programação diversificada e reuniu profissionais, pesquisadores e o público interessado na temática.

¹ Conferir: <https://www.ufs.br/agenda/269-10-mostra-cine-qua-non-o-cinema-frances-discute-o-racismo-2017-4-3>.

Entre as atividades, destacaram-se dois workshops. O primeiro, intitulado “Práticas antirracistas para bibliotecas”, foi ministrado por Bárbara Barcellos — bibliotecária-chefe do IFES — e Selma Silva Santos — diretora do Sistema de Bibliotecas da UFS (SIBIUFS). O segundo workshop, denominado “Biblioteconomia negra e pesquisas em andamento: relatos de experiência”, foi apresentado pelas bibliotecárias Gislaíne dos Santos Ramos e Estefania de Jesus Souza.

O evento contou ainda com a mesa temática “Igualdade racial nas bibliotecas: diálogos sobre povos negros, originários e tradicionais em equipamentos culturais”, que marcou a abertura oficial do encontro. A mediação ficou a cargo de Bárbara França Barcellos — presidenta interina do CRB-5 — e contou com a participação de Mirele da Costa Souza (bibliotecária), Taylane Cruz (escritora negra sergipana, membro da Academia Capelense de Letras e Artes e da Academia de Letras de Aracaju) e Selma Santos (diretora do SIBIUFS).

Também foram promovidas exposições e venda de livros da Editora UFS, lançamentos de obras, apresentações culturais e a mostra científica “Biblioteconomia negra no DCI/UFS: vozes negras que ressoam nas pesquisas científicas”, consolidando o evento como um espaço de reflexão e incentivo a práticas inclusivas no campo da biblioteconomia.

Figura 04- Card da Programação do Dia do(a) Bibliotecário(a)

The image is a promotional card for the 'Dia do(a) Bibliotecário(a)' event. At the top, it features a graphic of two stylized heads in profile, one with a feathered headdress, set against a yellow and orange background. To the right, the text 'DIA DO(A) BIBLIOTECÁRIO(A)' is written in large, bold, black letters. Below this, a white rounded rectangle contains the theme: 'IGUALDADE RACIAL NAS BIBLIOTECAS: diálogos sobre povos negros, originários e tradicionais em equipamentos culturais'. The word 'PROGRAMAÇÃO' is written in a large, bold, black font. Below the theme, there is a graphic of the flag of Sergipe (green, yellow, and white with a blue star) and a dark brown box with 'MARÇO 13' in white. Below that, it says 'SÃO CRISTÓVÃO, SE' and 'LOCAL: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE'. The card is framed by a vertical border of colorful icons representing books, libraries, and cultural elements. At the bottom, there are logos for 'REALIZAÇÃO' (CRB-5, Sistema CFB / CRB), 'APOIO' (Universidade Federal de Sergipe, CCSA, DCI, Sistema de Bibliotecas UFS), and 'PATROCÍNIO' (Editora UFS, QUADY, Target).

Fonte: Programação – Sergipe – 13/03/2024 - CRB-5

No que concerne aos pontos fracos, ressalta-se a limitada oferta de obras voltadas às questões étnico-raciais. Foram realizadas buscas no sistema *Pergamum* utilizando palavras-chave específicas, o que resultou na constatação da escassez de títulos no acervo relacionados à temática, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 3- Palavras-chave

Palavras-chave	Números de obras
Racismo	132
Étnico-racial	11
Decolonial	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Adicionalmente, foram realizadas pesquisas utilizando nomes de autores negros, com o objetivo de avaliar a disponibilidade de suas obras no acervo.

Quadro 4- Autores negros

Autores	Números de obras
Silvio Almeida	0
Djamila Ribeiro	1
Abdias Nascimento	5
Conceição Evaristo	1
Sueli Carneiro	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Para efetivar o *letramento racial* na Biblioteca Central da UFS, é essencial desenvolver um planejamento estratégico que contemple a capacitação contínua dos(as) bibliotecários(as), o estabelecimento de parcerias institucionais e a criação de políticas específicas voltadas para a promoção da diversidade e da inclusão. Superar as fraquezas e ameaças identificadas requer comprometimento institucional, bem como a mobilização de recursos adequados para a implementação eficaz dessas iniciativas.

6 PRODUTO

A partir das análises realizadas, foi proposta a criação de uma cartilha de letramento racial voltada para os(as) bibliotecários(as) da Biblioteca Central da UFS (BICEN/UFS), com foco na temática étnico-racial. Essa iniciativa tem como objetivo introduzir o letramento racial no ambiente da BICEN, destacando sua importância histórica e contemporânea, além de fomentar discussões sobre representatividade nas práticas biblioteconômicas e fortalecer uma educação antirracista no contexto universitário.

Elaborada para auxiliar no enfrentamento das desigualdades e da discriminação racial, bem como na implementação de ações afirmativas, a cartilha responde a um cenário de crescentes debates sobre justiça social, equidade e inclusão. Esses temas, especialmente em espaços educacionais como as bibliotecas, demandam materiais acessíveis e educativos que estimulem ações concretas de combate ao racismo e sensibilizem a comunidade acadêmica.

As bibliotecas, enquanto espaços educacionais e culturais, desempenham um papel central na promoção do letramento racial. Por meio de acervos diversificados, debates e recursos informativos, podem atuar como agentes de transformação social, promovendo reflexões críticas, desconstruindo preconceitos e criando ambientes mais acolhedores, inclusivos e representativos.

O principal objetivo da cartilha é conscientizar e combater o racismo nas unidades de informação, como bibliotecas, orientando sobre suas formas de manifestação e estratégias eficazes de enfrentamento. Além disso, a cartilha também busca:

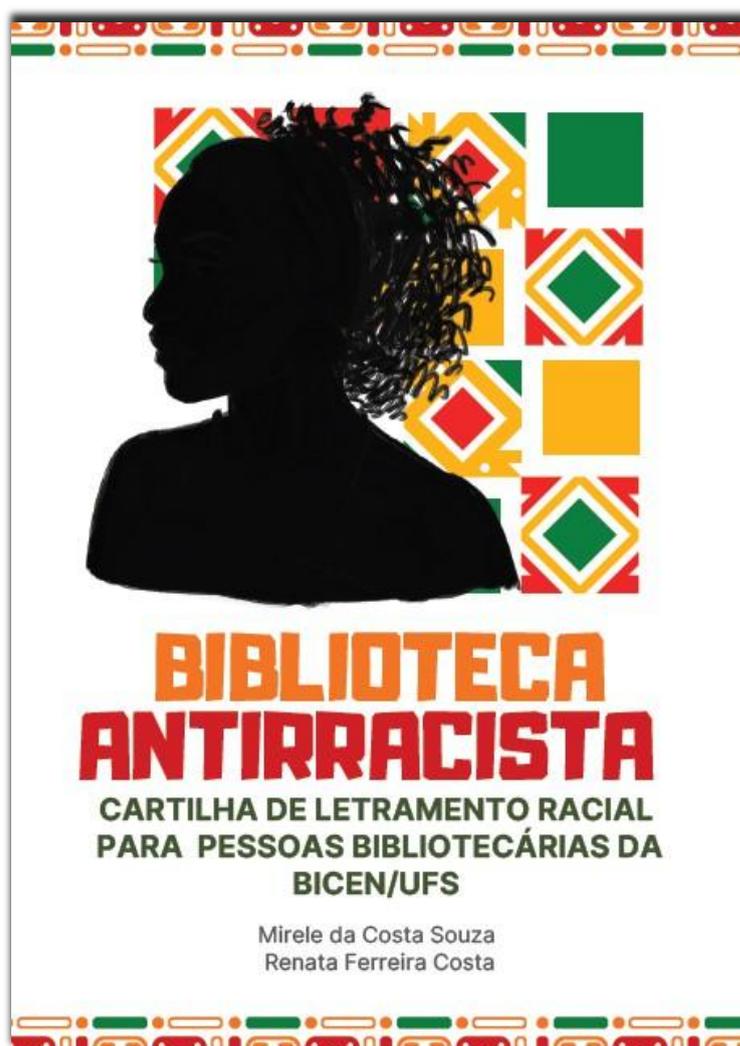
- Estimular a reflexão sobre atitudes e práticas individuais e institucionais;
- Promover o letramento racial, especialmente no contexto da BICEN/UFS;

- Oferecer subsídios para ações práticas, tornando bibliotecas mais inclusivas;
- Reforçar o papel da biblioteca como espaço de combate ao racismo e promoção da diversidade.

A cartilha aborda temas fundamentais, como:

- Conceitos sobre racismo: estrutural, institucional e interpessoal;
- Legislação brasileira antirracista e seus impactos;
- Estratégias práticas para bibliotecas se tornarem mais inclusivas;
- Sugestões de atividades para promover o letramento racial;
- Recursos recomendados, incluindo autores, obras, movimentos e materiais complementares.

Figura 05- Capa da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Figura 06- Sumário da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS



APRESENTAÇÃO	06
LETRAMENTO RACIAL PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	07
AS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	08
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTIRRACISTA	14
ORGANIZAÇÕES DE COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL EM SERGIPE	16
INTELECTUAIS BRASILEIROS NEGROS E INDÍGENAS ATIVISTAS NA LUTA CONTRA O RACISMO	20
OBRAS DE INICIAÇÃO AO LETRAMENTO RACIAL	23
ATIVIDADES PARA O FOMENTO AO LETRAMENTO RACIAL ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECA	24
GLOSSÁRIO	26
REFERÊNCIAS	31

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Figura 07- Apresentação de Intelectuais Negros e Indígenas Ativistas da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Figura 08- Glossário da Cartilha de Letramento Racial para Pessoas Bibliotecárias da BICEN/UFS



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O material será disponibilizado em formato digital no site oficial da BICEN, garantindo amplo acesso aos(as) bibliotecários(as) e demais interessados(as). Também está prevista a produção de versões impressas para uso em eventos, formações e atividades educativas promovidas pela biblioteca.

A cartilha foi projetada como uma ferramenta de sensibilização, com linguagem didática e acessível, capaz de engajar os(as) leitores(as) em discussões críticas e promover transformações nas atitudes e práticas institucionais.

Entre os resultados esperados, destacam-se:

- Maior conscientização sobre o racismo entre bibliotecários e usuários;
- Incorporação de práticas antirracistas na rotina da BICEN;

- Criação de um ambiente acolhedor e equitativo para todos os frequentadores;
- Ampliação do acesso a conteúdos que valorizem a diversidade racial.

Há ainda a expectativa de que a cartilha sirva como modelo para outras bibliotecas e instituições de ensino, inspirando iniciativas semelhantes. Assim, seu impacto pode transcender os limites da UFS, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão ressaltou a importância de integrar uma perspectiva antirracista às práticas biblioteconômicas, especialmente em contextos acadêmicos de grande impacto, como a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe. Ao propor a criação de uma cartilha antirracista, o estudo não se limitou a identificar as lacunas e os desafios enfrentados pelos(as) bibliotecários(as) na abordagem das questões étnico-raciais, mas também buscou oferecer ferramentas práticas para transformar o ambiente informacional em um espaço mais inclusivo, representativo e equitativo.

A construção de uma Biblioteconomia antirracista é essencial para promover a equidade, a representatividade e a valorização da diversidade nas bibliotecas universitárias, que devem ser espelhos da pluralidade social. A pesquisa, ao analisar as práticas de ação cultural, a composição dos acervos e os obstáculos enfrentados pelos(as) bibliotecários(as) da BICEN/UFS no contexto das relações étnico-raciais, revelou não apenas deficiências estruturais e operacionais, mas também identificou oportunidades concretas de transformação.

O mapeamento das práticas culturais permitiu compreender tanto os esforços já realizados quanto as limitações estruturais e institucionais que dificultam a adoção de uma abordagem mais robusta sobre essas questões. A análise do acervo destacou pontos críticos na representatividade das produções relacionadas às questões étnico-raciais, evidenciando a necessidade de um planejamento biblioteconômico mais atento às diversidades culturais e históricas.

Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos(as) profissionais da biblioteconomia — como a falta de formação contínua, as restrições orçamentárias e a ausência de políticas institucionais claras voltadas ao enfrentamento do racismo — sublinham os desafios a serem superados.

Os resultados reforçam, ainda, a necessidade de um compromisso institucional firme com políticas antirracistas, que integrem essas práticas às diretrizes e aos planos estratégicos da universidade. Dessa forma, o papel da Biblioteca Central se expande, transcendendo o simples armazenamento e disseminação de informações, tornando-se um espaço de resistência, educação e promoção da justiça social.

A cartilha de letramento racial antirracista surge, portanto, como uma ferramenta transformadora, destinada a sensibilizar e capacitar os(as) bibliotecários(as) para a implementação de práticas informacionais que celebrem a diversidade e combatam a discriminação racial. Mais do que um recurso didático, ela representa um compromisso ético e social da biblioteca com a promoção de um ambiente informacional que respeite e valorize as múltiplas identidades étnico-raciais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, a cartilha se apresenta como uma ferramenta prática e educativa, com o objetivo de orientar e inspirar ações que fortaleçam a integração de uma perspectiva antirracista no cotidiano da biblioteca. A iniciativa visa não apenas ampliar a representatividade étnico-racial nos acervos e nas ações culturais, mas também fornecer subsídios para a capacitação dos(as) bibliotecários(as), promovendo reflexão crítica e a desconstrução de práticas que perpetuam o racismo estrutural.

Assim, a pesquisa reforça a importância da Biblioteconomia como agente de transformação social e destaca a necessidade de um engajamento contínuo na luta contra o racismo em todas as suas formas. Espera-se que este trabalho inspire outras iniciativas semelhantes, que busquem fortalecer a representatividade, a inclusão e a justiça social nas unidades de informação.

Portanto, ao contribuir para o debate e a implementação de práticas antirracistas na Biblioteconomia, este estudo reafirma a urgência de ações que priorizem a inclusão e a representatividade. Que a proposta da cartilha seja vista não como um ponto final, mas como o início de um processo contínuo de transformação e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, L. M.; FARIAS, Gabriela B.; FARIAS, Maria G. G. Empoderamento e protagonismo social na práxis bibliotecária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-19, 2020.

ANDRÉ, M.; CARDOSO, M. Blog swot organizacional. **Prisma.com**, Portugal, n. 3, p. 448-469, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/63581>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BEZERRA, A. C.; CAVALCANTE, L. F. B. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 25, p. 1-19, 2020.

BRANDÃO, G.; BORGES, J. A mediação da informação: uma revisão conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 17, n. 1, 2022.

BRAÚNA, C. J. D.; SOUZA, D. S.; SOBRINHA, Z. M. L. A. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022.

CARDOSO, F.; PINTO, M. S. Apontamentos Contemporâneos sobre a questão racial e a atuação bibliotecária. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (orgs.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: ACB, 2018, p. 39-88.

CUNHA, M. V. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n. 15, 2003.

FACHIN, J. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3096/2390>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FARIAS, M. J. G. S. **Proposta pedagógica com letramentos sociais em uma turma de 9º ano caminhos para uma nova prática docente no contexto da pandemia da covid-19**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – **Decreto Federal 59.503/66**. Disponível em:

http://repositorio.febab.org.br/files/original/53/6138/GTRERAD_Planejamento_estrategico_posd%20evolutiva_revGT29.07.2020.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

FERRARI, É.; ASSIS, J. A dimensão informacional da transição capilar: identidade e empoderamento nas mídias sociais. **REBECIN–Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 74-95, 2017.

FERREIRA, N. T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, p. 476-498, 2019.

GERALDI, J. W. A produção dos diferentes letramentos. **Bakhtiniana**, São Paulo, p. 25-34, Ago./Dez. 2014.

GOMES, E. Discursos insubmissos na diáspora negra. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários**, 2018, 17-38 p.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: filosofia da informação**, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019.

IFLA - INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA sobre bibliotecas públicas**. 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/2012>. Acesso em: 29 abr. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Juliana de Sousa; GOMES, Rita de Cássia. Desafios do acesso à informação na sociedade da informação: o papel do bibliotecário. *In*: TABOSA, Hamilton Rodrigues; SALES, Odete Mayra Mesquita; CARDOSO, Cyntia Chaves de Carvalho Gomes; ALBUQUERQUE, Maria Áurea Montenegro (org.). **Construindo pontes entre o saber e a sociedade: histórias e memórias dos 60 anos do curso de Biblioteconomia da UFC**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2024. p. 241-255.

LINDEMANN, C. R. **A busca pela Biblioteconomia Social por meio da Ciência da Informação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

MACERON FILHO, O.; ARAÚJO, E. A. S.; QUINTAIROS, P. C. R. A análise SWOT e sua relevância para o planejamento estratégico. **III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento**. Universidade de Taubaté, 2014.

MARTINÊS, A. R.; PASCOAL, V. A.; JÚNIOR, W. R. V. Mediação da informação e a informação como mediação da realidade: a atuação dos interpretantes para a significação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-23, 2022.

MENDES, M. M. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 39, p. 101–124, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/1938> . Acesso em: 26 nov. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NEVES, I. C. B. O bibliotecário e o atual contexto social. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 23-26, 1986.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; ALENCAR, M. A. C.. Pesquisa científica: conceitos básicos. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

OLIVEIRA, M. C.; PONTE, V. M. R.; BARBOSA, J. V. B.. Metodologias de pesquisa adotadas nos estudos sobre Balanced Scorecard. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, 2006.

ONU – Organização das Nações Unidas. Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afrodescendentes. **Década Internacional de Afrodescendentes**, 2015. Disponível em: [Década Internacional de Afrodescendentes: Plano de Ação \(decada-afro-onu.org\)](http://decada-afro-onu.org). Acesso em: 15 maio 2022.

PEREIRA JÚNIOR, N. F.; TEIXEIRA, Z. D.; RIBEIRO, L. C. A. Alfabetização e letramentos: contribuições para a formação inicial do pedagogo. **Global Dialogue**, p.148–164, 2023.

PIRES, E. A. N. O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2012.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 19, n. 39, p. 43-58, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, D. **Letramento racial: 5 fundamentos para desconstruir o pensar e agir racista**. Porto Social, Recife, 2023. Disponível em:

<https://portosocial.com.br/blog/letramento-racial-5-fundamentos-para-desconstruir-o-pensar-e-agir-racista>. Acesso em 20 nov. 2024.

RODRIGUES, Olira Saraiva. Letramento Acadêmico: prática cultural discursiva. **Prisma.com**, n. 42, p. 105-113, 2020.

SANCHES, G. A. R.; DO RIO, S. F. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 2, p. 103-121, 2010.

SANTOS, M. S.; AMORIM, M. A. O letramento racial crítico em vestibulares: o caso da unicamp sob a ótica dialógica. **VII CONEDU - Conedu em Casa...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82497> . Acesso em: 21 nov. 2021.

SANTOS, J. A.; PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. Cengage, 2012.

SEVERO, R. T. Letramento racial e técnicos de si. Florianópolis, SC: **Fórum Linguistic**, v. 18, n.3, p.6400-6415, 2021.

SILVA JÚNIOR, J. F. (org.). **Identidade negra e mediações da Informação étnico-racial em blogs de funk**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2022.

SILVA, F. C. G. (Org.). Mulheres negras na Biblioteconomia. **Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota**, 2019, 340 p.

SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S.; PIZARRO, D. C. A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB)**, v. 24, n. 2, 2018.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 6, n. 1, p. 93-108, 2015.

SOUSA, A. C. M.; SANTOS, R. R.; JESUS, I. P.. Mediação da cultura, da informação e da leitura para o protagonismo social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1333>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SOUZA, M. C. **A Biblioteconomia Negra no Brasil**: Levantamento bibliográfico na área da Ciência da Informação. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Biblioteconomia e documentação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

VELOSO, A. A. M. O conceito de letramentos e o letramento literário na escola.
Colóquios - Geplage - PPGED - CNPq, p.171-180, 2023.



BIBLIOTECA ANTIRRACISTA

**CARTILHA DE LETRAMENTO RACIAL
PARA PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS DA
BICEN/UFS**



BIBLIOTECA ANTIRRACISTA

**CARTILHA DE LETRAMENTO RACIAL
PARA PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS DA
BICEN/UFS**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Costa, Mirele Souza da.

C837b Biblioteca Antirracista: cartilha de letramento racial para pessoas bibliotecárias da Bicen/Ufs/ Mirele Souza da Costa. – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2024.

30 p.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Ferreira Bonifácio.

Produção Técnica – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

1. Biblioteconomia. 2. Educação antirracista. 3. Letramento racial. I. Bonifácio, Renata Ferreira, orient. II. Título.

CDD:025.563

CDU: 02:37.016

Elaborada pela Bibliotecária Maria Clara Reinol Santos CRB-5/ 2149



APOIO

Universidade Federal de Sergipe - UFS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - POSGRAP

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI

Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC

CRÉDITOS DA PUBLICAÇÃO/ AUTORIA

Mirele da Costa Souza

Renata Ferreira Costa

REVISÃO

Maria Clara Reinol Santos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luiza Daviane Santos Barbosa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

06

LETRAMENTO RACIAL PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

07

AS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

08

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTIRRACISTA

14

ORGANIZAÇÕES DE COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL EM SERGIPE

16

INTELECTUAIS BRASILEIROS NEGROS E INDÍGENAS ATIVISTAS NA LUTA CONTRA O RACISMO

20

OBRAS DE INICIAÇÃO AO LETRAMENTO RACIAL

23

ATIVIDADES PARA O FOMENTO AO LETRAMENTO RACIAL ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECA

24

GLOSSÁRIO

26

REFERÊNCIAS

31



1. APRESENTAÇÃO

Esta cartilha foi elaborada em um contexto de crescente conscientização sobre as questões raciais no Brasil e no mundo. No cenário atual, com discussões sobre desigualdade racial, discriminação e a necessidade de ações afirmativas, surgiu a necessidade de oferecer um material acessível que pudesse contribuir para a educação antirracista, especialmente em ambientes educacionais. Esse contexto é marcado pela busca por equidade, justiça social e a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade racial.

Diante disso, o objetivo deste material é a promoção de conscientização e o combate ao racismo em unidades de informação, como as bibliotecas. A cartilha visa informar os leitores sobre o que é racismo, suas formas de manifestação e como enfrentá-lo de maneira eficaz e responsável. Além disso, oferece subsídios para que as pessoas possam refletir sobre suas próprias atitudes e práticas, promovendo a igualdade racial e ajudando a construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A cartilha é voltada primordialmente para pessoas bibliotecárias, com foco especial na equipe da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS), mas também beneficia educadores, estudantes e todos interessados em aprofundar seu entendimento sobre questões raciais e promover ações antirracistas. Projetada especialmente para atender às necessidades dos profissionais de biblioteconomia, a cartilha destaca a importância do papel social do bibliotecário, oferecendo sugestões práticas para estimular o letramento racial no ambiente da biblioteca.

Ela apresenta uma abordagem didática sobre práticas antirracistas, explorando conceitos fundamentais e as principais formas de racismo, como o institucional e o estrutural. Além disso, o material aborda as leis criadas para combater o racismo e oferece orientações específicas para tornar a Biblioteca Central da UFS, bem como outras bibliotecas, mais inclusivas e acolhedoras. A cartilha inclui uma lista de obras, autores, movimentos e outros recursos recomendados para aqueles que desejam se aprofundar no tema, tornando-se um instrumento valioso para fomentar discussões em escolas, universidades, empresas e organizações sociais.

A relevância desta cartilha reside em seu papel como uma ferramenta informacional para o combate ao racismo, um problema estrutural e persistente em diversas sociedades, incluindo o Brasil. O material não apenas oferece informações, mas também incentiva a reflexão crítica e propõe ações concretas aplicáveis no cotidiano.

Ao promover o letramento racial, ela contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a justiça social, sendo um recurso valioso para a transformação cultural e para a promoção da igualdade racial.



2. LETRAMENTO RACIAL PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O racismo emerge da repressão, do silenciamento e da exploração de um povo, justificados pela cor de sua pele. Trata-se de discriminação e preconceito direcionados a indivíduos ou grupos com base em suas características raciais, como cor da pele, etnia ou origem nacional. Esse fenômeno está enraizado na crença de superioridade de uma raça ou etnia sobre outra, resultando em exclusão, marginalização e violência contra aqueles considerados “inferiores”.

Para compreender o racismo, é fundamental diferenciar racismo, discriminação racial e preconceito racial. O racismo é uma ideologia que se manifesta de várias formas na sociedade, como o racismo estrutural e o institucional. A discriminação racial envolve o tratamento desigual de grupos raciais, refletindo o poder de um grupo sobre outro e impactando negativamente as condições de vida de grupos marginalizados (Silva, 2022). Já o preconceito racial é o julgamento baseado em estereótipos superficiais e racistas, prejudicando as relações sociais e resultando em discriminação. Esses conceitos se relacionam com a forma como o racismo se insere nas estruturas sociais e institucionais, perpetuando desigualdades de forma sistemática, muitas vezes de maneira sutil e invisível.

O racismo estrutural, por sua vez, é a base sobre a qual a sociedade se organiza, afetando as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de modo abrangente. Chamado de “estrutural” por estar enraizado nas normas, práticas e instituições que moldam a sociedade, esse tipo de racismo se perpetua independentemente de ações individuais, favorecendo um grupo em detrimento de outros. As instituições, ao longo do tempo, foram moldadas por um padrão que distribui cargos e acesso com base nos fenótipos dos indivíduos: pessoas com características europeias são associadas aos níveis superiores da pirâmide social, enquanto pessoas não brancas, em sua maioria, ocupam posições nos níveis inferiores (Silva; Laurindo; Silva, 2022).

Entender o racismo é entender que ele está interligado com a estrutura social e profundamente enraizado na sociedade brasileira. Mesmo com o fim formal da escravidão, a população negra continua enfrentando desvantagens socioeconômicas, como trabalhos mal remunerados e pouco acesso à educação. No período pós-abolição, a ideologia do “branqueamento” buscou promover a miscigenação para “clarear” a população, apresentando-se como uma tentativa de harmonia racial, mas, na verdade, reforçando a supremacia branca e desvalorizan-

do a estética e a cultura negra.

Para Cardoso e Pinto (2018), o racismo é considerado uma forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que colocam pessoas pertencentes a grupos raciais em desvantagens ou privilégios perante a outros.

O pacto da branquitude, que antecede a escravidão, sustenta a ideia de superioridade racial branca e tem o objetivo de suprimir a cultura e os traços africanos na sociedade, utilizando privilégios para manter a população negra em uma posição de subalternidade. Esse processo inclui negar a essa população o direito à educação, ao trabalho e, em última análise, à liberdade, mantendo o racismo como uma presença contínua, ainda que dissimulada, na sociedade.

Desconstruir a branquitude é essencial para combater o racismo. Nesse sentido, o letramento racial é uma ferramenta importante, promovendo a conscientização e a equidade ao estimular a compreensão e a transformação das dinâmicas sociais. Ao desenvolver habilidades de leitura, escrita e análise crítica das questões raciais, o letramento racial capacita as pessoas a desafiar estereótipos e preconceitos enraizados. Ele contribui para a valorização da diversidade, permitindo o reconhecimento das experiências e contribuições de diferentes grupos étnico-raciais.

Construir um letramento racial sólido é de extrema importância para que todos conheçam a verdadeira história, as raízes e a rica cultura da população negra, facilitando o reconhecimento do racismo cotidiano e possibilitando a sua desconstrução.



3. A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E REPRESENTATIVIDADE

Tradicionalmente vista como um local de armazenamento de livros, a biblioteca evoluiu para se tornar um centro de informação que facilita o acesso ao conhecimento em várias formas e formatos. Atualmente, para além de ser um espaço de guarda, a biblioteca cumpre um papel essencial na disseminação de informações técnicas e socioculturais. Mais do que um repositório de livros, é um lugar de formação cidadã, que promove a igualdade e a inclusão social e se posiciona como um espaço de resistência e de construção de consciências críticas, contribuindo para o empoderamento de indivíduos e comunidades.

Dentre suas principais funções estão:

- Preservar o conhecimento: As bibliotecas armazenam e conservam informações para garantir que elas estejam disponíveis para as gerações futuras;
- Dar acesso à informação: Elas proporcionam acesso a uma vasta quantidade de informações, permitindo que indivíduos de todas as classes sociais tenham a oportunidade de adquirir vastos conhecimentos;
- Apoiar a educação e a pesquisa: As bibliotecas desempenham um papel crucial no apoio à educação formal e informal. São recursos importantes para estudantes, pesquisadores e profissionais, fornecendo materiais que ajudam no desenvolvimento acadêmico, intelectual e social;
- Oferecer cultura e lazer: Além de livros acadêmicos e técnicos, muitas bibliotecas possuem coleções de obras literárias, artísticas e de entretenimento, promovendo o desenvolvimento cultural e oferecendo opções de lazer;
- Incluir social e digitalmente: Bibliotecas modernas oferecem acesso a computadores e à internet, permitindo que pessoas com menos recursos tecnológicos possam participar da era digital. Elas também promovem atividades e programas educativos que facilitam a inclusão social;
- Promover a cidadania e o envolvimento comunitário: Bibliotecas públicas, em especial, atuam como centros comunitários, oferecendo serviços e programas voltados para questões sociais, culturais e políticas, promovendo o debate e o envolvimento comunitário.

As bibliotecas, ao longo da história, têm resistido a tentativas de censura e controle do acesso à informação, frequentemente promovidas por regimes autoritários. Em contextos de repressão, foram espaços para a livre circulação de ideias, atuando contra o apagamento histórico e a repressão de vozes marginalizadas. Além de oferecer obras que resgatam histórias ocultas, marginalizadas ou esquecidas, preservam a memória coletiva e resistem ao controle ideológico. Essa resistência não se limita ao combate à censura formal, mas também se estende à luta contra a exclusão social, tornando o conhecimento acessível de maneira ampla e inclusiva, desafiando barreiras impostas pela desigualdade econômica e social.

A diversidade dos acervos, especialmente em bibliotecas públicas e comunitárias, também representa uma forma de resistência. Ao incluir obras que abordam questões de gênero, raça, etnia e narrativas de grupos historicamente marginalizados, a biblioteca desafia discursos dominantes e proporciona a oportunidade de valorizar diferentes realidades e experiências de vida.

Como espaço inclusivo, oferece acesso a recursos educacionais, culturais e informacionais que permitem às pessoas compreenderem seu papel na sociedade e seus direitos como cidadãos.

Por meio de programas de alfabetização, atividades culturais, debates e encontros comunitários, a biblioteca se torna um centro de desenvolvimento social. Oferece cursos, oficinas e capacitações, muitas vezes voltados à inclusão digital, ajudando a preparar os cidadãos para uma participação ativa na sociedade contemporânea. Nesse contexto, o acesso à informação é uma ferramenta poderosa para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento do pensamento crítico, essencial para a participação política e social consciente. Ao promover debates sobre questões sociais e políticas, as bibliotecas incentivam reflexões sobre o mundo e a tomada de decisões informadas.

Além disso, a biblioteca atua como promotora da convivência democrática, criando um ambiente plural e respeitoso onde diferentes vozes são ouvidas. Esse espaço de troca de ideias é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao conectar indivíduos e comunidades ao conhecimento, as bibliotecas se transformam em espaços de transformação social. Com programas voltados para grupos vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantem que o acesso à cultura e à educação seja democratizado.

A biblioteca também é um ponto de articulação para movimentos sociais, oferecendo um local onde grupos que lutam por justiça social, igualdade de direitos e transformações políticas podem se reunir e organizar suas ações. Assim, a biblioteca resiste ao apagamento histórico, à censura e à exclusão social, promovendo o direito universal à informação e ao conhecimento. Como centro de formação cidadã, promove o pensamento crítico, a convivência democrática e a inclusão social, fortalecendo a cidadania e resistindo a forças que tentam limitar o poder transformador do conhecimento.

Neste contexto, a representação negra nas bibliotecas assume um papel crucial na promoção da diversidade e na criação de espaços culturais mais inclusivos. Historicamente, as bibliotecas refletem desigualdades sociais, muitas vezes negligenciando a riqueza da produção literária e intelectual afrodescendente. No entanto, hoje, um movimento crescente busca corrigir essa lacuna, destacando autores, personagens e perspectivas negras. A inclusão de obras que exploram a experiência negra não só enriquece os acervos, mas também proporciona uma visão mais ampla e representativa do mundo para os leitores. Profissionais bibliotecários desempenham um papel essencial nesse processo, selecionando e promovendo ativamente materiais que celebram a diversidade racial e combatem estereótipos, contribuindo para a construção de identidades positivas e para a va-

lorização da cultura afrodescendente.

Assim, a biblioteca moderna se forma como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais justa e consciente. Ao promover inclusão, diversidade e resistência, ela se reafirma como um espaço de transformação social que possibilita às pessoas e comunidades o acesso pleno e equitativo ao conhecimento.

Pensando nisso, foi elaborado um checklist para que pessoas bibliotecárias possam avaliar se a biblioteca onde atuam promove efetivamente a diversidade racial nas suas coleções. Esse recurso serve como uma ferramenta prática para identificar lacunas de representatividade e garantir que as obras e recursos disponíveis refletem a pluralidade racial e cultural da sociedade.

1. Avaliação Geral da Coleção

- A coleção da biblioteca inclui obras de autores de diferentes raças e etnias, especialmente autores negros, indígenas e outros grupos sub-representados?
- Há uma proporção significativa de títulos que abordam questões raciais, étnicas e culturais de maneira diversa?
- A diversidade racial está representada em diferentes gêneros (ficção, não-ficção, poesia, biografias, literatura infantil, entre outros)?
- A biblioteca oferece obras de diferentes perspectivas históricas e culturais, incluindo vozes não eurocêntricas?

2. Curadoria e Inclusão de Obras

- A biblioteca possui políticas formais ou informais que priorizam a aquisição de materiais que promovam a diversidade racial?
- Existe um processo ativo de busca por obras de editoras independentes e autores racialmente diversos que, muitas vezes, são negligenciados pelas grandes editoras?
- A biblioteca participa de programas ou iniciativas para apoiar autores de minorias raciais e expandir a coleção com suas obras?

3. Representação e visibilidade

- As obras de autores de minorias raciais estão em locais de destaque ou são frequentemente recomendadas ao público?
- São realizadas exposições temáticas que abordam questões raciais e étnicas ou celebram a cultura de diferentes grupos raciais?
- A biblioteca promove eventos, como leituras e debates, que destacam a literatura racialmente diversa e discutem temas de equidade racial?

4. Atualização da Coleção

- A biblioteca realiza uma avaliação periódica da coleção para verificar se ela reflete as mudanças e avanços nas discussões sobre raça e cultura?
- Há um esforço contínuo para adquirir novas publicações que abordam questões contemporâneas relacionadas à diversidade racial?

5. Feedback da Comunidade

- A biblioteca busca ativamente o feedback da comunidade local (especialmente de grupos raciais e étnicos) sobre a adequação da coleção em termos de diversidade racial?
- Existe uma política que permite ao público sugerir a inclusão de novos títulos que refletem maior diversidade racial?

6. Colaboração e formação

- Os bibliotecários recebem formação contínua sobre diversidade racial, inclusão e letramento racial para melhorar a curadoria de coleções?
- A biblioteca colabora com organizações e movimentos que promovem a igualdade racial para enriquecer sua coleção e suas atividades?

Também foi criada uma lista de sugestões de práticas inclusivas para o atendimento aos usuários na biblioteca, abordando aspectos como a linguagem utilizada, a postura acolhedora e a empatia no relacionamento com o público. Essas orientações visam tornar o ambiente mais acessível e respeitoso para todas as pessoas, promovendo uma experiência inclusiva e atenta às diversidades do público atendido.

1. Linguagem Inclusiva

- **Adapte a comunicação:** use linguagem simples e acessível, especialmente ao lidar com pessoas que possam ter limitações no domínio da língua escrita, como estrangeiros ou pessoas com deficiência intelectual;
- **Ofereça múltiplos formatos:** certifique-se de que as informações estejam disponíveis em diferentes formatos (braile, áudio, versões em linguagem simples) para pessoas com deficiência visual, auditiva ou cognitiva.

2. Postura Acolhedora

- **Atitude aberta e disponível:** demonstre disposição para ajudar e ouça os usuários com atenção. Evite interrupções e busque entender o pedido antes de sugerir soluções;
- **Respeite a diversidade cultural:** ao interagir com pessoas de diferentes origens culturais, esteja ciente das diferenças em expressões corporais e evite julgamentos ou interpretações precipitadas;
- **Espaço de fala:** garanta que todos os usuários tenham oportunidade de expressar suas necessidades, independentemente de sua aparência ou nível de conhecimento sobre o funcionamento da biblioteca.

3. Empatia no Atendimento

- **Entenda as necessidades individuais:** reconheça que cada usuário tem uma demanda única, seja ela relacionada à acessibilidade, à busca de informação específica ou ao uso dos serviços oferecidos. Tente se colocar no lugar da pessoa para melhor atender suas expectativas;
- **Use um tom de voz apropriado:** um tom amigável e calmo pode fazer toda a diferença. Evite falar de maneira imperativa ou apressada, especialmente se perceber que o usuário está tendo dificuldades em se expressar;
- **Reconheça limitações:** caso o usuário enfrente dificuldades de comunicação, seja paciente e ofereça diferentes formas de interação, como a utilização de escrita ou gestos. Mostre-se sempre disponível para adaptar sua abordagem.

4. Inclusão de Tecnologias Assistivas

- Facilite o uso de tecnologia: familiarize-se com as ferramentas de acessibilidade disponíveis na biblioteca, como leitores de tela e softwares de tradução, para ajudar usuários com necessidades especiais ou que não falem a língua local;
- Capacitação contínua: invista no aprendizado constante sobre as melhores práticas inclusivas e atualize-se sobre novas tecnologias e abordagens no atendimento de diversos públicos.

5. Sensibilidade ao Letramento Racial Antirracista

- Atenção à representação: esteja atento à forma como a biblioteca reflete diferentes culturas e comunidades em suas coleções e eventos, promovendo a inclusão e evitando estereótipos;
- Não julgue aparências: evite fazer suposições sobre as capacidades ou interesses dos usuários com base em sua aparência, gênero ou etnia. Pergunte diretamente quais são suas necessidades e interesses;
- Estímulo ao respeito mútuo: crie um ambiente de diálogo respeitoso, incentivando o comportamento inclusivo e combatendo atitudes preconceituosas;
- Participe da comunidade: envolva-se com grupos minoritários e organizações que possam ajudar a aprimorar os serviços inclusivos da biblioteca, como coletivos de pessoas com deficiência, organizações LGBTQIA+ e associações de migrantes.



4. AS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O papel dos profissionais bibliotecários na sociedade contemporânea é profundamente moldado pelo contexto histórico da profissão. Ao longo dos séculos, eles evoluíram de meros guardiões de manuscritos e livros para desempenhar funções cada vez mais dinâmicas e diversas na sociedade. No início, a sua principal responsabilidade era preservar e organizar o conhecimento acumulado, tornando-o acessível a um grupo limitado. No entanto, com a democratização da informação, o seu papel se expandiu significativamente.

Atualmente, a pessoa bibliotecária exerce uma função essencial na sociedade, atuando como facilitadora do acesso à informação e promotora da cultura e do conhecimento. Com a expansão do acesso a informações em diferentes formatos, suas atribuições vão além do fazer da organização e disponibilização de recursos informacionais. Esse profissional se torna mediador entre usuários e as fontes de in-

formação, desempenhando um papel fundamental na orientação, seleção e interpretação das informações disponíveis. Além disso, assume a responsabilidade de preservar o patrimônio cultural, promover a inclusão e a diversidade, e contribuir para o desenvolvimento educacional e intelectual da comunidade atendida.

Bibliotecárias e bibliotecários também atuam como mediadores da informação e exercem uma relevante função social na disseminação do conhecimento. Para além de gerenciar e organizar os recursos informacionais, eles facilitam a interação entre usuários e as fontes de informação, considerando suas necessidades individuais e coletivas. Ao oferecer orientação personalizada, os profissionais da biblioteconomia ajudam na identificação e acesso a materiais relevantes, promovendo a alfabetização informacional e capacitando o público a avaliar criticamente a qualidade das fontes.

Um dos principais desafios para esses profissionais atualmente é definir seu papel como agentes transformadores, considerando tanto o foco informacional quanto as mudanças sociais. Nesse contexto, o profissional da informação destaca-se como educador transformador, ao exercer competência informacional e promover práticas que contribuem para transformações na sociedade (Pires, 2012). Em especial, o letramento racial, que visa à compreensão crítica das questões raciais e étnicas, torna-se uma dimensão importante do trabalho das pessoas bibliotecárias, principalmente em uma sociedade diversa e marcada por desigualdades históricas.

Ao promover o letramento racial, bibliotecárias e bibliotecários se engajam na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Esse papel envolve não apenas a curadoria de acervos que representem a diversidade racial e cultural, mas também a criação de programas que abordem temas como racismo, história das relações étnico-raciais e a valorização de vozes e narrativas de populações historicamente marginalizadas. Esse processo educativo, que se dá tanto pelo acesso aos materiais quanto pelas atividades promovidas nas bibliotecas, fortalece o papel da pessoa bibliotecária como agente transformador, na medida em que ajuda a sensibilizar a comunidade e a desenvolver um olhar crítico sobre as questões raciais.

Assim, a pessoa bibliotecária atua também como mediadora cultural e social, promovendo a diversidade e a inclusão nas bibliotecas. Ela se esforça para criar espaços acolhedores e inclusivos que refletem as necessidades e interesses da comunidade, oferecendo programas e serviços que atendem a diferentes grupos sociais. Esse papel de mediação cultural é de extrema importância, pois permite que os usuários de todas as origens socioeconômicas e níveis de educação tenham acesso igualitário à informação.

Como mediadores sociais e agentes de transformação, esses profissionais conectam as pessoas com informação, conhecimento e cultura. Seu trabalho contribui para uma sociedade informada e crítica, facilitando o acesso à informação, promovendo o diálogo intelectual e fortalecendo laços sociais. Dessa forma, capacita indivíduos a se tornarem cidadãos conscientes e participativos em um mundo em constante transformação, promovendo não só o acesso ao conhecimento, mas também o entendimento e a valorização da diversidade racial e cultural.



5. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTIRRACISTA

- **Constituição Federal Brasileira de 1988**

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece uma série de disposições que visam combater o racismo e promover a igualdade racial. Entre os principais elementos relacionados à política antirracista, destacam-se:

- **Igualdade Perante a Lei (Art. 5º):** O artigo 5º da Constituição garante a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, incluindo raça, cor ou origem. Esse princípio fundamental serve como base para a luta contra discriminações raciais.
- **Proibição de Discriminação Racial (Art. 5º, inciso XLII):** O artigo 5º também estabelece que o racismo é um crime inafiançável e imprescritível, punido com pena de reclusão, refletindo um compromisso com a criminalização do racismo e suas manifestações.
- **Direitos Sociais (Art. 6º e 7º):** A Constituição assegura direitos fundamentais, como educação, saúde, trabalho e moradia, sem discriminação, o que é crucial para a promoção da igualdade racial.
- **Política de Ação Afirmativa (Art. 68):** O documento também abre espaço para políticas públicas de ação afirmativa, como as cotas raciais, em instituições de ensino superior e em concursos públicos, a fim de reduzir as desigualdades raciais históricas.
- **Promoção da Igualdade Racial (Art. 215 e 216):** Esses artigos reconhecem a diversidade cultural e afirmam o direito de grupos étnicos e raciais, como os negros e indígenas, de preservarem e promoverem suas culturas, além de garantirem o acesso a políticas públicas voltadas para sua promoção.

- **Lei nº 7.716/89 (Lei Caó)**

A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, conhecida como Lei Caó, tipifica os crimes resultantes de discriminação racial, sendo um marco na luta contra o racismo no Brasil.

Essa lei define como crime a prática de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, abrangendo:

- Discriminação no mercado de trabalho;
- Discriminação no acesso a bens e serviços.
- Discriminação na posse de bens e direitos.

A Lei Caó também estabelece que o racismo é um crime inafiançável e imprescritível, o que significa que, uma vez cometido, o crime de racismo não pode ser perdoado por fiança nem prescrito com o tempo, garantindo a punição para quem comete discriminação racial.

São formas de racismo e preconceito, conforme a lei:

- Racismo contra grupos étnicos ou raciais;
- Preconceito religioso;
- Preconceito por origem nacional.

- **Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)**

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, tem como objetivo garantir e promover os direitos da população negra no Brasil, reconhecendo desigualdades históricas e estruturais.

A lei estabelece:

- Direitos fundamentais da população negra;
- Direitos à Educação;
- Políticas de saúde da população negra;
- Combate à discriminação racial;
- Política de ação afirmativa;
- Preservação e promoção da cultura e identidade negra;
- Mecanismos para combater a violência racial;
- Incentivo à participação política e social da população negra.

- **Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB)**

A Lei nº 9.392 de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), se alinha aos princípios antirracistas ao prever a obrigatoriedade de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e indígena, ao exigir a formação de educadores para o ensino da diversidade racial e ao fomentar práticas pedagógicas e gestões escolares que assegurem o combate ao racismo.

- **Lei nº 10.639/2003**

Essa lei alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira" em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, abrangendo a educação fundamental e média. Ela promove uma educação que reconhece a importância das contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a sociedade brasileira, trabalhando para que as escolas formem cidadãos mais conscientes, antirracistas e preparados para enfrentar a discriminação racial.

Os principais pontos da Lei são:

- Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira;
- Delimitação de conteúdos específicos a serem trabalhados;
- Incentivo à adoção de práticas pedagógicas que visem à educação para relações étnico-raciais;
- Formação e capacitação de educadores;
- Instituição do Dia Nacional da Consciência Negra.

- **A Lei nº 11.645/2008**

Alterou a LDB e ampliou as disposições da Lei nº 10.639/2003 ao tornar obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da educação básica, abrangendo escolas públicas e privadas em todo o Brasil.

- **Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas)**

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, estabelece a reserva de vagas em instituições federais de educação superior e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes oriundos de escolas públicas. A lei é uma importante política de ação afirmativa no Brasil, visando promover o acesso de grupos historicamente excluídos ao ensino superior e técnico. Essa legislação visa promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como pessoas de baixa

renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

- **Decreto nº 4.886/2003**

O Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), estabelecendo diretrizes e objetivos para a promoção da igualdade racial no Brasil, com ênfase na população negra.

- **Lei nº 14.532/2023 (Criminalização da Injúria Racial)**

A Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, trata da criminalização da injúria racial, equiparando esse crime ao racismo e endurecendo as penas. Essa lei trouxe avanços no combate ao racismo no Brasil, respondendo à crescente demanda da sociedade por maior rigor na punição de crimes raciais.

Os principais pontos dessa lei são:

- Redefinição da injúria racial como crime de racismo;
- Aumento das penas para injúria racial;
- Aplicação em ambientes públicos e digitais;
- Proteção de grupos vulneráveis;
- Importância para o combate ao racismo estrutural.

- **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída em 2009, é uma política pública do Ministério da Saúde que busca promover a equidade no acesso aos serviços de saúde para a população negra, combatendo as desigualdades raciais e promovendo a saúde integral desse grupo. Alinhada ao princípio da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), a PNSIPN reconhece que a população negra no Brasil enfrenta disparidades significativas no acesso e qualidade dos serviços de saúde e que isso está diretamente relacionado a fatores sociais, históricos e raciais.

Os principais objetivos da PNSIPN são:

- Reduzir as desigualdades raciais em saúde;
- Reconhecer e combater o racismo institucional;
- Promover a saúde da população negra;
- Dar atenção às doenças genéticas e hereditárias de maior prevalência na população negra;
- Promover a formação e capacitação dos profissionais da saúde para as necessidades específicas da população negra;

- Incentivar a participação social das comunidades negras na formulação e controle das políticas de saúde;
- Focar na saúde da mulher negra.



6. ORGANIZAÇÕES DE COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL EM SERGIPE

- ♦ Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS)
<https://assistenciasocial.se.gov.br/>
 - ♦ Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial de Sergipe - CEP/IR/SE
 - ♦ Diretoria de Inclusão e Direitos Humanos (DIDH)
 - ♦ Movimento Negro Unificado (MNU) - [@mnusergipeoficial](#)
 - ♦ Auto-organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria
[@mulheresnegrasrejanemaria](#)
 - ♦ Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) - [@neabiufs](#)
 - ♦ Coletivo Negro Beatriz Nascimento - [@cnbn.ufs](#)
 - ♦ Sociedade de Estudos e Pesquisa Sócio, Étnicos, Políticos, Sociais e Culturais Omolàiyé - [@omolaiye.oficial](#)
 - ♦ Instituto de Cultura, Desenvolvimento Social e Territorial do Povo Cigano
 - ♦ Instituto Braços - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
<https://www.institutobracos.org.br/>
 - ♦ Coordenação Estadual de Articulação Quilombola de Sergipe
<https://www.fundobrasil.org.br/conaq/estados/coordenacao-estadual-de-articulacao-quilombola-de-sergipe/>
- Coletivo de Combate ao Racismo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe - [@sintese.sergipe](#)



7. INTELLECTUAIS BRASILEIROS NEGROS E INDÍGENAS ATIVISTAS NA LUTA CONTRA O RACISMO



ABDIAS DO
NASCIMENTO



AILTON
KRENAK



BÁRBARA
KARINE



BEATRIZ
NASCIMENTO



CARLA
AKOTIRENE



CLÓVIS
MOURA



CONCEIÇÃO
EVARISTO



DANIEL
MUNDURUKU



DAVI KOPENAWA
YANOMAMI



DJAMILA
RIBEIRO



ELIANE
POTIGUARA



GERSEM
BANIWA



HELIO
SANTOS



JUREMA
WERNEK



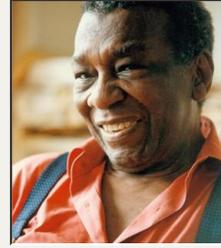
LÉLIA
GONZALEZ



LUIZA
BAIROS



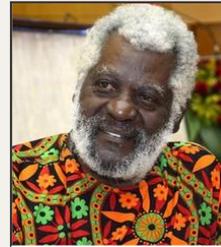
MÁRCIA WAYNA
KAMBEBA



MILTON
SANTOS



NEUSA SANTOS
SOUZA



SEVERO
D'ACELINO



SUELI
CARNEIRO



TONICO
BENITES



8. OBRAS DE INICIAÇÃO AO LETRAMENTO RACIAL

- **O Genocídio do Negro Brasileiro** - Abdias do Nascimento
- **Ideias para Adiar o Fim do Mundo** - Ailton Krenak
- **Negras Raízes** - Alex Haley
- **Mulheres, Raça e Classe** - Angela Davis
- **Como Ser um Educador Antirracista** - Bárbara Carine
- **Querido Estudante Negro** - Bárbara Carine
- **Uma História Feita por Mãos Negras** - Beatriz Nascimento
- **Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade** - Bell Hooks
- **Olhares Negros: Raça e Representação** - Bell Hooks
- **Quando me Descobri Negra** - Bianca Santana
- **Cidadã de Segunda Classe** - Buchi Emecheta
- **Americanah** - Chimamanda Ngozi Adichie
- **O Pacto da Branquitude** - Cida Bento
- **Olhos d'Água** - Conceição Evaristo
- **Histórias que Eu Vivi e Gostaria de Contar** - Daniel Munduruku
- **A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami** - Davi Kopenawa Yanomami
- **Pequeno Manual Antirracista** - Djamila Ribeiro
- **Lugar de Fala** - Djamila Ribeiro
- **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** - Djamila Ribeiro
- **Metade Cara, Metade Máscara** - Eliane Potiguara
- **Pele Negra, Máscaras Brancas** - Frantz Fanon
- **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano** - Grada Kilomba
- **Torto Arado** - Itamar Veira Junior
- **O avesso da pele** - Jeferson Tenório
- **Feminismo Negro** - Jurema Werneck
- **A Invenção do Racismo na Antiguidade** - Mario Liverani
- **Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social** - Neusa Santos Souza
- **O Movimento Negro Educador** - Nilma Lino Gomes
- **Tekoa: Conhecendo uma Aldeia Indígena** - Olívio Jekupé
- **Racismo Estrutural** - Silvio Almeida
- **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil** - Sueli Carneiro



9. ATIVIDADES PARA O FOMENTO AO LETRAMENTO RACIAL ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECA

- **Círculo de Leitura com Obras de Autores Negros e Indígenas**

Neste círculo, participantes se reúnem para ler e discutir obras de autores negros e indígenas, compartilhando vivências e permitindo reflexões sobre cultura, identidade e as diferentes realidades desses povos. Além de enriquecer o repertório cultural, a atividade incentiva o respeito às diferenças e contribui para uma maior compreensão da história e das contribuições desses grupos para a sociedade.

- **Oficina de Produção de Textos Antirracistas**

Durante a oficina, os participantes exploram textos e discutem temas relacionados ao antirracismo, aprendendo estratégias para criar narrativas que promovam a empatia, o respeito e a inclusão. Ao final, cada participante produz um texto autoral, fortalecendo o engajamento contra o racismo e ampliando sua habilidade de comunicação.

- **Cine Debate**

É uma atividade que combina a exibição de um filme com uma discussão em grupo sobre os temas abordados. Voltado para sensibilizar e aprofundar a compreensão de questões sociais, culturais e históricas, o cine debate seleciona filmes que tratam de temas como racismo, diversidade, direitos humanos e outros aspectos importantes para o letramento racial. Após a exibição, os participantes discutem o conteúdo, compartilham suas perspectivas e analisam o impacto das mensagens do filme, promovendo um espaço de diálogo, reflexão crítica e construção coletiva de conhecimento.

- **Exposição Literária e Biográfica**

É uma atividade que destaca a vida e a obra de autores de diferentes contextos culturais, com foco em autores negros. A exposição reúne livros, trechos de obras, fotos e informações biográficas desses autores, proporcionando ao público a oportunidade de conhecer suas trajetórias, inspirações e contribuições literárias. Essa atividade promove a valorização da diversidade literária e cultural, incentivando o respeito e a admiração pela riqueza das diferentes vivências e histórias representadas.

- **Clube de Discussão "Diálogos Sobre Racismo"**

É uma atividade voltada para a troca de ideias e experiências sobre o tema do racismo. Neste clube, os participantes se reúnem periodicamente para discutir textos, vídeos, ou acontecimentos atuais que abordem o racismo e suas diversas formas de manifestação na sociedade. A atividade proporciona um espaço seguro para diálogo e reflexão, incentivando o desenvolvimento de uma consciência crítica, um letramento racial, o respeito às vivências de pessoas negras e a construção de estratégias para a promoção da igualdade racial.

- **Painel de História e Cultura Afro-Brasileira**

É uma atividade educativa que visa explorar e valorizar as contribuições afro-brasileiras para a formação da sociedade brasileira. Por meio de exposições visuais e informativas, o painel apresenta temas como religiões de matriz africana, resistência negra, personalidades históricas e culturais, e a influência afro-brasileira na música, culinária, arte e literatura. Essa atividade promove o reconhecimento da riqueza cultural afro-brasileira e busca ampliar o entendimento e o respeito pela história e identidade negra no Brasil.

- **Sessão de Contação de Histórias para Crianças**

É uma atividade educativa que apresenta narrativas envolventes, especialmente contos de culturas diversas, como histórias de origem africana. Por meio da contação de histórias, as crianças são incentivadas a desenvolver a imaginação, a empatia e o respeito pelas diferenças culturais. A atividade pode incluir recursos como música, adereços e interação para tornar a experiência mais envolvente, promovendo o interesse pela leitura e o aprendizado sobre valores de inclusão e diversidade desde a infância.

- **Palestras e Rodas de Conversa**

Consiste em encontros nos quais especialistas, líderes comunitários e representantes de instituições discutem temas relevantes, como racismo, diversidade cultural, história afro-brasileira e inclusão social. As palestras trazem informações e reflexões sobre esses tópicos, enquanto as rodas de conversa promovem um diálogo aberto e participativo, permitindo que os presentes compartilhem experiências e pontos de vista. Essa atividade fortalece o conhecimento coletivo, a conscientização e o engajamento para ações que promovam igualdade e respeito na sociedade.



GLOSSÁRIO



AÇÃO AFIRMATIVA

São ações ou conjunto de políticas públicas ou privadas que visam corrigir desigualdades históricas e estruturais, favorecendo grupos marginalizados no acesso à educação, emprego e outras oportunidades.

APROPRIAÇÃO CULTURAL

Refere-se ao ato de adotar elementos de uma cultura, geralmente de grupos marginalizados, sem a devida compreensão ou respeito pelo significado cultural original.

ANTIRRACISMO

É a prática ativa de identificar, desafiar e combater o racismo em todas as suas formas. Envolve ações e políticas que visam promover a igualdade racial e dismantelar as estruturas de poder que perpetuam a discriminação racial. O antirracismo não é apenas a ausência de racismo, mas a adoção de uma postura consciente e ativa contra ele.

BRANQUITUDE

Termo designado para descrever os privilégios que as pessoas brancas recebem.

COLONIALIDADE

Conceito que vai além da dominação política e econômica exercida durante o colonialismo, referindo-se às continuidades de práticas de poder, racismo e exploração que persistem mesmo após o fim da escravidão.

COLORISMO

Discriminação que leva em consideração o tom de pele das pessoas de grupos raciais, onde indivíduos com pele mais clara são favorecidos em detrimento daqueles com pele mais escura. É uma forma de hierarquia racial presente em diversas sociedades.

CONSCIÊNCIA NEGRA:

Um movimento sociocultural que busca trazer a conscientização sobre a importância da identidade e cultura negra, bem como sobre as lutas contra o racismo e pela reparação histórica.

DECOLONIALIDADE

São ações teóricas e práticas que buscam reverter as estruturas de poder e conhecimento coloniais, propagando a valorização de saberes e culturas dos povos colonizados e marginalizados, rompendo com as narrativas eurocêntricas.

DISCRIMINAÇÃO

É a maneira de tratar uma pessoa ou grupo com indiferença e injustiça de acordo com as suas características, como raça, gênero, etnia e entre outros.



EPISTEMICÍDIO:

Termo que se refere ao processo de destruição ou silenciamento de sistemas de conhecimento e formas de saber de povos colonizados, indígenas e africanos, substituídos pelos conhecimentos eurocêntricos. É uma forma de violência intelectual e cultural.

EPISTEMOLOGIA

É o estudo sobre o saber, nela é buscado entender a origem, os limites e a validade do conhecimento que existe sobre o mundo.

HEGEMONIA

A hegemonia é o domínio ou liderança exercida por um grupo, classe ou nação sobre outros. Esse domínio pode ser econômico, político, cultural ou ideológico. No contexto social, refere-se à capacidade de um grupo de impor sua visão de mundo, valores e normas como se fossem universais, muitas vezes sem a necessidade de usar força física.

INJÚRIA RACIAL

É um crime que consiste em ofender a honra de uma pessoa em razão de sua cor, etnia, raça ou origem. Diferente do racismo, que atinge um grupo, a injúria racial é direcionada a um indivíduo específico.

INTERSECCIONALIDADE

É conceituada na medida em que analisa como diferentes formas de discriminação (raça, gênero, classe, sexualidade) se sobrepõem e se interconectam, criando experiências únicas de opressão ou privilégio.

LETRAMENTO RACIAL

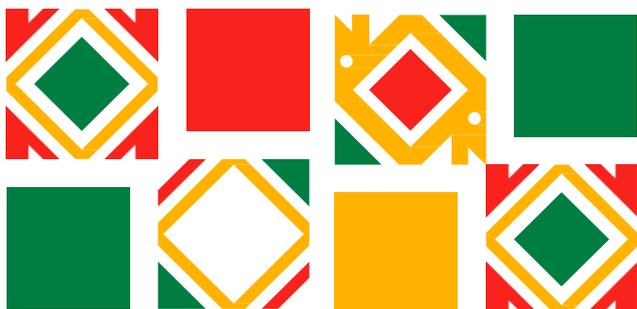
Processo de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades essenciais para identificar, compreender e enfrentar o racismo em suas variadas manifestações. O letramento racial promove uma consciência crítica sobre as dinâmicas raciais e o impacto estrutural do racismo na sociedade, promovendo a capacidade de agir de forma informada e empática para transformar as relações e estruturas sociais, visando à equidade racial.

LUGAR DE FALA

Refere-se à autonomia que uma pessoa tem para poder falar sobre algo de acordo com as suas vivências, sendo pertencente a um grupo minoritário.

NECROPOLÍTICA

Explora a gestão do poder sobre a vida e a morte. Descreve como os governos controlam a vida de determinados grupos, tomando decisões sobre quem deve viver e quem deve morrer, em contextos de violência extrema e exclusão social.



PRECONCEITO

Opinião ou atitude formada precipitadamente, geralmente sem base em informações completas ou precisas, que resulta em julgamentos desfavoráveis ou favoráveis sobre indivíduos ou grupos. Preconceitos frequentemente refletem estereótipos e podem influenciar o comportamento e as interações sociais de forma negativa.

RACISMO

É uma ideologia que defende a superioridade de uma raça sobre as outras. Essa crença se manifesta através de preconceitos, discriminação e práticas que resultam em desvantagens ou privilégios baseados na raça ou etnia de uma pessoa. O racismo pode ser explícito, quando expressado de forma direta, ou implícito, quando se manifesta de maneira mais sutil e inconsciente.

PRIVILÉGIO BRANCO

Vantagens sociais, econômicas e culturais que pessoas brancas desfrutam em uma sociedade racialmente desigual, muitas vezes sem se darem conta delas.

RACISMO ESTRUTURAL

Forma de racismo profundamente enraizada nas instituições, normas e práticas sociais que moldam a sociedade desde sua formação, promovendo a desigualdade entre grupos sociais. Opera de maneira sistemática, favorecendo um grupo racial em detrimento de outros, e influencia as dinâmicas de poder, oportunidades e acesso a recursos, perpetuando discriminações e exclusões ao longo do tempo.

RAÇA

Termo historicamente utilizado para categorizar pessoas com base em características físicas, como a cor da pele, traços faciais e outras diferenças superficiais. Embora sem base científica no que diz respeito à genética humana, o conceito de raça foi construído socialmente e usado ao longo da história para legitimar práticas de discriminação e sustentar hierarquias sociais, contribuindo para a manutenção de desigualdades estruturais.

RACISMO INSTITUCIONAL

Manifestação do racismo nas práticas, políticas e normas de instituições, que promovem ou mantêm desigualdades raciais no ambiente organizacional.



REFERÊNCIAS

CARDOSO, F.; PINTO, M. S. Apontamentos contemporâneos sobre a questão racial e atuação bibliotecária. SILVA, A. S.; LIMA, G. S (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. ACB, Florianópolis, p. 1-498, 2018.

SILVA, F. C. G.; LAURINDO, K. R.; DA SILVA, R. A. Racismo na literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, p. 1-11, 2022.

SILVA, M. C. **Mapeamento de ações e práticas antirracistas em bibliotecas escolares do Rio Grande do Norte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.